

Ata Circunstanciada da 13ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 13ª
(DÉCIMA TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 7 DE MARÇO DE 2023.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Está aberta a sessão ordinária do dia 7 de março de 2023, terça-feira, às 15h03min.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – O Expediente lido vai a publicação.

Solicito que as Sras. e os Srs. Deputados registrem a presença nos terminais para verificação do *quorum*.

(Procede-se à verificação do *quorum* por meio do painel eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Obrigado, Deputados.

Retificação:

“Em virtude da renumeração da sessão extraordinária do dia 16 de fevereiro de 2023, realizada mediante ajuste entre este Setor de Tramitação, Ata e Súmula – SETAS e a Secretaria Legislativa – SELEG, retifico a leitura da Ata da Sessão Extraordinária do referido dia, ocorrida no dia 28 de fevereiro de 2023, de forma que, onde se leu ‘Ata Sucinta da 3ª (Terceira) Sessão Extraordinária’, leia-se ‘Ata Sucinta da 1ª (Primeira) Sessão Extraordinária’”.

Sobre a mesa, as seguintes atas de sessões anteriores:

- Ata da 11ª Sessão Ordinária, de 1º de março de 2023;

- Ata da 12ª Sessão Ordinária, de 2 de março de 2023.

Não havendo objeção do Plenário, já que as atas são de conhecimento dos Deputados, esta Presidência dispensa a leitura e dá por aprovadas sem observações as atas mencionadas.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Vianna. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Daniel Donizet. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Iolando. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Felix. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado João Cardoso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Morro da Cruz.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (Maioria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna, nesta oportunidade, para solicitar a V.Exa. que seja vista a possibilidade de encaminhar as medidas necessárias que visam a nomeação de novos

servidores efetivos para esta Casa.

Sobre este assunto, encaminhei, ontem, ao gabinete da Presidência, um memorando no qual consta esta reivindicação, justamente por entendermos a necessidade e a relevância do preenchimento dos 380 cargos vagos ainda existentes em diversas unidades administrativas da Câmara Legislativa.

Recente levantamento feito pela DRH – Diretoria de Recursos Humanos concluiu que há nesta Casa 1.047 cargos efetivos existentes, dos quais 669 encontram-se preenchidos, faltando, portanto, 378 a serem ocupados.

Sabendo da história de V.Exa., Sr. Presidente desta Casa, na defesa dos servidores públicos locais, inclusive tendo exemplarmente presidido o Sindicato dos Policiais Cíveis do Distrito Federal – SINPOL, apelamos para que o feito por nós apresentado seja atendido, o qual não tem outro fim que não seja incrementar ainda mais os trabalhos desenvolvidos por esta Casa, a Câmara Legislativa, em benefício da população brasileira. Muito obrigado.

Sr. Presidente, eu quero aqui, nesta tarde, parabenizar a Secretaria de Educação por ter inaugurado, Deputado Gabriel Magno, duas escolas, em um mês, em São Sebastião. A primeira escola foi a Zumbi dos Palmares, e ontem foi inaugurada a Escola Classe Morro da Cruz, em São Sebastião.

Fico muito feliz, porque investir em educação é fundamental para o Distrito Federal e para o Brasil, Deputado Pepa. Estou muito feliz com esta gestão e acredito, sim, que juntos podemos fazer a diferença no Distrito Federal.

Eu quero aqui falar sobre a Portaria nº 192, que trata do transporte escolar. Estive conversando há poucas horas com o Subsecretário Nivaldo, que hoje me informou que já foi concluída a minuta e que em breve será resolvida a questão do transporte escolar em São Sebastião e também no Distrito Federal.

Tem nos incomodado bastante a questão, Sr. Presidente, do transporte escolar, principalmente para São Sebastião. Segundo informações, em outras regiões administrativas do DF parece que não está acontecendo o que está acontecendo em São Sebastião.

A Portaria nº 192, que foi elaborada e aprovada pelo próprio Executivo, rege o seguinte: o aluno que mora a 2 quilômetros da escola não tem direito ao transporte escolar. Então, foi feito um pedido via gabinete, e, segundo a Secretaria de Educação, será resolvido o mais breve possível, porque já foi concluída a minuta e será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

Eu quero aqui também dar uma sugestão para a Secretaria de Educação sobre a questão das creches públicas do Distrito Federal. Sabemos que é preciso aumentar o número de creches, mas, enquanto isso, eu tenho uma sugestão para essas creches particulares do Distrito Federal, especialmente em São Sebastião. Eu quero aqui sugerir que a Secretaria de Educação possa, de repente, conveniar-se com elas, Deputado Gabriel Magno. Enquanto não se constroem mais creches públicas, que sejam conveniadas.

Em São Sebastião, hoje, nós temos aproximadamente 25 creches particulares. É se conveniar e ajudar essas mãezinhas que estão desesperadas, pois não têm onde deixar os seus filhos.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (Maioria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Para concluir, Sr. Presidente, eu irei formalizar um documento ou ofício para a Secretaria de Educação, para que possa resolver isso o mais breve possível.

Quero também deixar registrada a questão da falta de energia legalizada dentro do bairro Capão Comprido. Solicito à Neoenergia que possa agilizar o trabalho dentro dessas comunidades carentes. Já tem um projeto de lei aprovado nesta Casa, que é o Projeto de Lei Complementar nº 77/2021, que dá aval à Neoenergia e à CAESB – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal para entrar nessas comunidades e prestar um trabalho de qualidade. Eu quero aqui, mais uma vez, registrar isso, porque o Capão Comprido ficou três dias sem energia, e isso não é justo. Nós queremos pagar as nossas contas.

Que Deus os abençoe! Muito obrigado pela oportunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Obrigado, Deputado Rogério Morro da Cruz. Como sempre, um Parlamentar brioso, atuante, que defende o Distrito Federal e, de forma muito honrada, a sua região, São Sebastião, Morro da Cruz. Parabéns!

Convido para fazer o uso da palavra, nos Comunicados de Líderes, representando o Bloco A

Força da Família, o Deputado Pepa, meu correligionário de partido. Muito me orgulha. Nosso Líder, Vice-Presidente do PP. Se o senhor não é, com a autorização da nossa governadora, estou nomeando V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Pepa.

DEPUTADO PEPA (Bloco A Força da Família. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde a todos os colegas; boa tarde a quem está nos acompanhando pela TV Câmara Distrital.

Eu venho fazer um agradecimento ao DER – Departamento de Estradas de Rodagem, principalmente ao Diretor Kênio, do DER de Planaltina, pelo que eles estão fazendo naquela cidade e pelo trabalho que está sendo realizado, pois encontramos a cidade como uma terra arrasada.

Estava conversando agora com o Deputado Joaquim Roriz Neto e falamos sobre isto, Sr. Presidente, o desempenho do DER e o desempenho da Caesb. Depois de uma reclamação que eu fiz aqui, as terceirizadas atuaram. O desempenho da administração tem feito com que a cidade veja o trabalho que está sendo realizado em conjunto por todos ali.

Aproveito este momento para adiantar uma celebração que o Grupo Mulheres do Brasil, que é um grupo que me acompanha desde 2016, fará na região norte e em todo o Distrito Federal: as ações voltadas para o Dia Internacional das Mulheres. Amanhã, a partir das 5h da manhã, estaremos em paradas, abraçadas, cumprimentando e respeitando as mulheres.

Aproveito este momento para dizer: não ao feminicídio! Basta de matar as nossas mulheres. Isso está uma loucura. E nós, do Bloco A Força da Família, preservamos sempre as mulheres. Precisamos entender que o respeito à mulher precisa estar sempre presente no nosso dia a dia.

Faço este apelo: amanhã, dia 8, que todos nós possamos, nas nossas bases, encontrar, abraçar e prestigiar as mulheres do Distrito Federal e de todo o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Vamos juntos!

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Obrigado, Deputado Pepa. Parabéns pela defesa. Além da defesa geral, da defesa das mulheres, V.Exa. tem feito um trabalho extraordinário na cidade de Planaltina. Parabéns!

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados...

Sr. Presidente, vamos reiniciar o meu tempo, que é de cinco minutos?

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Deputado Chico Vigilante, só um minutinho.

Eu peço que se restabeleça o tempo, por favor. Zere-se o cronômetro para o Deputado fazer o uso da palavra pelos cinco minutos que lhe são de direito.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vi uma notícia ontem que me deixou bastante triste. Nós vimos aqueles fatos horrorosos que aconteceram na Caixa Econômica Federal, do ex-Presidente daquela instituição, um tal de Pedro Maluco, que assediava as funcionárias. Aquilo que ele fazia é uma coisa nojenta.

Foi demitido, houve o processo, teve uma denúncia do Ministério Público cobrando 100 milhões de reais de indenização, e, agora, foi feito um acordo para o pagamento de 10 milhões de reais, em função dos atos praticados por ele. Mas o que me deixa bastante preocupado e revoltado é que os 10 milhões de reais não é o Pedro Maluco quem vai pagar. Quem vai pagar é a Caixa Econômica Federal. Eu digo: isso está errado! Não é a Caixa – que é uma instituição que conta com recursos de todos nós – que tem que pagar. Quem tem que pagar é ele! Ele é o criminoso! Foi ele que cometeu aqueles atos absurdos! Portanto, cabe a ele pagar, e não à Caixa Econômica Federal, que é uma instituição do povo brasileiro.

O segundo ponto que eu quero abordar no dia de hoje, Sr. Presidente, é mais uma facada no nosso bolso: uma ação no Supremo Tribunal Federal – agora ratificada por uma liminar do Ministro Luiz Fux – vai aumentar a conta de luz da população do Distrito Federal, de Santa Catarina e do Espírito Santo. Trinta e sete milhões de pessoas serão atingidas, Deputado Pastor Daniel de Castro. Eu, V.Exa. e todos que estão nos acompanhando vamos pagar 10% a mais na conta de luz.

O serviço já não é bom. A cidade constantemente está ficando às escuras, e agora nós vamos pagar 10% a mais na conta. Está errado. Isso é um verdadeiro absurdo. A maioria da população – aqueles que têm carteira assinada – não teve nenhum reajuste de salário. E para os que estão desempregados a situação está pior ainda. Portanto, não são corretos e não são justos esses 10% que estão cobrando da gente.

O terceiro ponto que eu quero abordar no dia de hoje é sobre a situação dos trabalhadores que têm data-base no mês de janeiro. Nós estamos com uma situação grave do empresariado que não assina a convenção coletiva de trabalho. É o caso, por exemplo, dos vigilantes, cuja data-base é em 1º de janeiro.

Eles estão até hoje sem a convenção coletiva de trabalho assinada, porque o presidente do sindicato patronal, o Sr. Luis Gustavo Silva Barra, não quer assinar a convenção coletiva de trabalho dos vigilantes. Inclusive, nega o tíquete-alimentação de alguns. Por exemplo, aqui no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, os vigilantes estão sem o tíquete-alimentação por culpa única e exclusiva do Sr. Luis Gustavo Silva Barra, que é o presidente do sindicato patronal.

Há outro ponto que eu quero abordar, Deputado Pastor Daniel de Castro, V.Exa., que é advogado. Acho que todo mundo sabe quem é o advogado de pobre neste País, quem é que atende pobre, quem é que vai lá, quem é que dá a cara a tapa. São exatamente os defensores públicos, os defensores e os funcionários da defensoria.

Eu recebi, no meu gabinete, no dia de hoje, o Dr. Belarmino, que é defensor-geral (*sic*). Presidente Wellington Luiz, ele disse que já tinha conversado com V.Exa. A gente precisa fazer um verdadeiro mutirão aqui, no sentido de fazer com que seja liberado o recurso para que eles possam montar as carretas que estão faltando, para eles irem lá no centro, ao Sol Nascente, ao Arapoanga... Onde quer que seja, eles vão lá fazer o atendimento.

É preciso contratar mais técnicos também para que a nossa população, especialmente as mulheres, continuem sendo atendidas pela Defensoria Pública, que é o único espaço de defesa da cidadania, de defesa da população pobre.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Primeiro, quero parabenizar V.Exa. pelo discurso e quero que V.Exa. conte com todos nós. Eu tenho certeza de que falo por mim e por todos os Deputados nessa briga em favor dos nossos defensores, dos seus servidores. Sou testemunha do trabalho que esses colegas têm feito em defesa daqueles que mais precisam.

V.Exa., mais uma vez, foi extremamente feliz em lembrar isso. Conte com a gente, Deputado. Muito obrigado.

Boa tarde a todas e a todos. Quero aqui agradecer ao nosso amigo Pastor Daniel de Castro, ao Deputado Ricardo Vale por terem me substituído. Eu estava em uma reunião na Procuradoria e acabei me atrasando um pouco.

Então, quero saudar todos os servidores desta Casa, o pessoal da imprensa, os nossos assessores diretos e todos que aqui estão. Muito obrigado.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é sempre uma honra poder servir V.Exa. Estaremos aqui sempre de prontidão para isso.

Eu quero também me associar às palavras do Deputado Chico Vigilante em toda a sua nuance do que trouxe aqui no tocante à defensoria. Eu me somo ao Deputado Chico Vigilante, Presidente Wellington Luiz, e também a V.Exa., porque sei do vosso compromisso com o defensor-geral e com a defensoria.

Eu acho que a gente tem que fazer um esforço para convocar todos os que são concursados. Eu falo isso com muita propriedade. Eu estagiei na defensoria quando eu fazia o meu curso de Direito na área criminal em Taguatinga. Sei o trabalho brilhante e necessário que a defensoria faz.

Então, também me coloco à disposição, Deputado Chico Vigilante. Tenho certeza de que V.Exa. tem esse compromisso. Parabéns pelas palavras, Deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADA DOUTORA JANE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA DOUTORA JANE (AGIR. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, boa tarde. Eu só queria comunicar a minha ausência do restante das votações de hoje. Eu vou estar no *Correio Braziliense*, aqui ao lado, em um evento comemorativo ao Dia da Mulher. Vou estar representando a Câmara Legislativa e vou apresentar os nossos projetos como um compilado do que tem sido feito pela Câmara em defesa das mulheres.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Nós que agradecemos, Deputada Doutora Jane. Quero agradecer a V.Exa., que nos representa como Procuradora da Mulher. Boa sorte lá no evento, e leve todo o nosso apoio. Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Vianna. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Daniel Donizet. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Iolando. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Felix.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (Bloco Parlamentar PSOL-PSB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria começar a fala reforçando o que o Deputado Pastor Daniel de Castro e o Deputado Chico Vigilante já disseram. A questão da estruturação da Defensoria Pública do Distrito Federal é algo fundamental. A gente acompanhou, na última legislatura, a luta para a contratação de mais defensoras e defensores, e o resultado disso já mudou a política pública.

O acompanhamento que a Defensoria Pública faz hoje nos diferentes núcleos está muito mais qualificado, desde as nomeações que já foram autorizadas e feitas ao longo dos últimos anos.

Então, isso muda. Eu vejo pelo núcleo de direitos humanos, pelo núcleo de saúde. Isso tem uma diferença enorme para a população e para o atendimento de quem mais precisa da Defensoria Pública do Distrito Federal.

Mas agora nós ainda temos um déficit que é decisivo, porque o defensor e a defensora não atuam sozinhos. Eles, hoje, são subsidiados, basicamente, por estagiárias e estagiários – o que é muito bom, mas insuficiente. A gente precisa de mais analistas na Defensoria Pública do Distrito Federal, que seria aqui, Presidente, como o nosso consultor, o nosso especialista em outras categorias. São aqueles que vão subsidiar, que vão construir pareceres, que vão dialogar com a população, qualificando o atendimento. Os analistas são fundamentais.

O primeiro passo é garantir a nomeação dos analistas. Mais analistas! A gente tem uma lista grande, robusta, para nomear analistas. O governo pode fazer isso. O governo já havia feito compromissos com a gente, no sentido de ampliar as nomeações na defensoria. A gente sabe que a autonomia da defensoria é relativa: eles podem enviar o PL – Projeto de Lei para cá, mas precisam do aval do governo.

Então, fica o meu apelo ao Governo do Distrito Federal para ampliar a nomeação de defensoras públicas, defensores públicos e também de analistas, para que a gente tenha um trabalho ainda mais qualificado na Defensoria Pública do Distrito Federal, que é um órgão fundamental. É um órgão de Estado, e esta Casa precisa olhar com atenção para a nossa Defensoria Pública.

Coloco esse ponto, Sr. Presidente, para falar novamente da questão dos servidores e servidoras. Eu acho que todos os Deputados e Deputadas que estão aqui, depois do anúncio da governadora sobre o aumento das forças de segurança – quer dizer, a luta pelo aumento, porque a governadora vai apresentar para o Governo Federal a luta pelo aumento –, têm sido cobrados, pelos servidores e servidoras, por causa da situação do serviço público da nossa cidade e da reestruturação das carreiras.

Infelizmente, tinha uma reunião marcada com o SINPRO-DF – Sindicato dos Professores no Distrito Federal que foi desmarcada. Tinha uma agenda de negociação com outras categorias que foi remarçada. Os servidores e as servidoras querem saber qual vai ser o projeto do governo de

reestruturação das carreiras.

Estamos falando de uma coisa muito prática, uma coisa muito pragmática, que é a condição financeira do servidor. Os servidores estão há mais de sete anos sem aumento real. Muita gente pensa nas categorias do serviço público como os procuradores e os ministros, que ganham ali 39 mil, 40 mil, 30 mil reais. Não! Eu posso mostrar meu contracheque como especialista socioeducativo. A maioria das categorias e das carreiras ganham um salário ainda muito baixo. É um salário defasado, antigo, que não repercute a realidade e a necessidade dos servidores, inclusive da condição de vida no DF.

Nós temos carreiras boas no Legislativo, na procuradoria, na área jurídica do governo distrital, mas nós temos carreiras muito defasadas. Talvez a pior delas, além das carreiras de nível médio, seja a carreira de professor da Secretaria de Educação, com os salários atrasados do ponto de vista da capacidade de compra. São salários muito antigos. A gente precisa valorizar esses servidores.

Os especialistas, técnicos e agentes, tanto da assistência social quanto do socioeducativo, ainda têm um salário vergonhoso. É óbvio que a gente tem muita desigualdade neste País. É preciso melhorar muito o salário no setor privado, mas é uma realidade também a defasagem no serviço público. A gente precisa olhar para isso.

Então, hoje estou aqui para fazer uma demanda para o Governo do Distrito Federal: nós estamos na expectativa de que o PL da reestruturação das carreiras chegue. E nós não queremos um projeto de lei que divida novamente em quatro, cinco, sete anos um aumento mínimo. Nós queremos 18%, minimamente, este ano, para que o servidor e a servidora pública do DF possam respirar com uma condição de aumento salarial. Nós estamos demandando isso do Governo do Distrito Federal, lutando para que isso aconteça.

Tenho falado, nas últimas sessões, sobre a questão do serviço público, dos servidores, das servidoras. Mais uma vez, quero subir a esta tribuna, Sr. Presidente, para reiterar essa pauta a V.Exa. e a quem nos ouve, do governo. Também quero dizer às categorias: nós vamos para a rua.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO FÁBIO FELIX (Bloco Parlamentar PSOL-PSB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Temos que ir para a rua fazer mobilização, Sr. Presidente, porque só com mobilização é que vamos conseguir arrancar esse aumento.

Se o governo não tiver a proatividade de apresentar um projeto de lei... O ideal para o trabalhador não é fazer greve, mas a greve também, Deputada Dayse Amarílio, é um instrumento legítimo dos servidores públicos e da classe trabalhadora brasileira. Inclusive, é um mecanismo constitucional. A greve é um mecanismo constitucional! Nós vamos ter que nos mobilizar, porque, se não vier de bom grado, vai vir com mobilização e vai vir com luta dos servidores e servidoras.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Fábio Felix. Deputado, logo depois daquela nossa reunião de ontem...

Antes de falar sobre isso, quero parabenizar V.Exa., o Deputado Thiago Manzoni, o Deputado Ricardo Vale, o Deputado Max Maciel, o Deputado Gabriel Magno e a Deputada Paula Belmonte pelo altíssimo nível daquela discussão em busca de uma solução para a questão dos créditos do vale-transporte. V.Exas. deram uma demonstração de independência, mas também de muito bom senso, de inteligência, ao tentar buscar aquilo que é melhor para a população e, nesse caso especificamente, para essas pessoas que teriam o direito delas, no entendimento, talvez subtraído – talvez não seja esse o termo adequado.

Houve aqui uma discussão nossa. Agradeço aos senhores pelo voto de confiança. Foi extremamente importante a ida ao nosso Chefe da Casa Civil a pedido da governadora em exercício, Celina Leão, oportunidade em que nós pudemos tabular algumas soluções.

Então, eu queria aqui registrar, manifestar os meus agradecimentos e parabenizar esta Câmara – hoje o Deputado Ricardo Vale também falou muito bem, numa entrevista – pelo altíssimo nível dos Parlamentares que aqui se encontram. Isso nos enche de orgulho. Parabéns pela entrevista, Deputado Ricardo Vale.

Deputado Fábio Felix, logo depois dessa reunião, eu fiquei lá com o Secretário Ney, com o Gustavo Rocha, e um dos pontos discutidos foi a questão do reajuste dos servidores. É algo em que a gente precisa realmente avançar. Se for o caso, a gente pede uma nova reunião para a governadora em exercício, Celina Leão, para buscar uma agilidade maior nisso. Mas eu sei que já estão fazendo

contas. Esses servidores, de fato, têm seus salários defasados lamentavelmente, e a gente precisa encontrar uma solução.

A questão da greve, ela é discricional de cada categoria. Eu jamais posso ser contra, porque talvez eu tenha sido o rei das greves. Como presidente do sindicato, ninguém fez mais greve do que eu. Então, jamais poderei contestar isso. Greve, quando é respeitosa e busca seus verdadeiros objetivos, é um direito constitucional, como bem disse o Deputado Fábio Felix.

Quero só registrar essa conversa que nós tivemos lá, Deputado Fábio Felix. Nós vamos retomar essa discussão. Eu me comprometo com V.Exa. a pedir uma audiência com a governadora para a gente avançar nisso. Está bem?

Muito obrigado, Deputado Fábio Felix.

Concedo a palavra ao Deputado João Cardoso.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (Bloco A Força da Família. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Cumprimento todas as Parlamentares aqui reunidas neste plenário; os Parlamentares também; o pessoal da imprensa, que sempre está cobrindo com muita maestria os nossos trabalhos, passando-os para a sociedade – isso é muito importante, vocês estão de parabéns –; toda a assessoria; e aqueles que assistem a nós.

Hoje nós tivemos, Sr. Presidente, uma alegria muito grande no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, onde esteve nossa Governadora em exercício Celina Leão, juntamente com a Secretária Hélvia; o Secretário Executivo Isaias; a Subsecretária de Gestão de Pessoas, a Ana.

Nós tivemos a oportunidade, juntamente com vários Parlamentares lá presentes – nosso irmão e defensor da educação também, Deputado Federal Prof. Reginaldo Veras –, de participar da assinatura da convocação de 2.953 novos servidores e servidoras da Secretaria de Educação da carreira PPGE (*sic*), da carreira Assistência à Educação.

Foi um momento muito alegre, muito feliz, ao saber que esses 2.953 novos servidores tiveram a honra e o prazer de passar no concurso e o GDF – Governo do Distrito Federal cumpriu com a obrigação de chamar esses servidores. Foi uma alegria generalizada, pois nós pudemos ver que existe, sim, a possibilidade de melhorarmos os quadros da Secretaria de Educação.

E quantas mães, quantas crianças especiais estão esperando por esses servidores! Eu já recebi várias manifestações de agradecimento em ligações e nas redes sociais, mas quero dizer aqui para a população que nós Parlamentares e o governo não estamos fazendo nada mais do que a nossa obrigação. Eles é que têm que ser parabenizados por terem exigido do governo a nomeação desses servidores, que também devem ser parabenizados por terem passado no concurso.

Quem vai ganhar com isso? As crianças especiais, os novos servidores, a sociedade do Distrito Federal e todos aqueles que fazem uso das escolas públicas, como a minha família.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado João Cardoso: mais uma vez, muito presente em relação aos direitos da nossa população.

Concedo a palavra ao Deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro parabenizo V.Exa. mais uma vez pela palavra e cumprimento do acordo. O esforço de V.Exa. foi fundamental para a reunião de ontem, na Casa Civil, que V.Exa. relatou. Eu tenho certeza de que, na próxima segunda-feira, dia 13, chegaremos ao melhor consenso para preservar o direito do povo do Distrito Federal quanto à mobilidade, o direito de ir e vir na cidade.

Segundo, Sr. Presidente, eu quero dizer que Paulo Freire nunca foi tão atual neste País. Paulo Freire falava que não bastava, no processo de alfabetização, saber ler que Eva viu a uva, mas que era preciso entender quem foi que fez a uva, como foi a produção da uva, quais as condições de trabalho daqueles e daquelas que produziram a uva. E nós vimos recentemente neste País a acusação grave – infelizmente não é solitária – de três empresas com trabalho escravo: as empresas Aurora, Salton e Garibaldi, que produzem suco de uva integral.

Eu trouxe aqui, Sr. Presidente, um. E, para quem está nos ouvindo, para V.Exa., para os senhores e as senhoras, faço um convite: o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é um movimento social que produz comida saudável neste País com a agricultura familiar e produz este suco de uva, que está à venda, Sr. Presidente, no Armazém do Campo, na 115 Norte, ou na internet.

Então, para a gente fugir do trabalho escravo, trouxe aqui um exemplar de um suco de uva da agricultura familiar.

Nós temos que avançar muito neste País na legislação trabalhista, na criminalização e na punição daqueles e daquelas que, ainda em 2023, cometem o crime do trabalho escravo contra o povo brasileiro.

Quero também dizer, Sr. Presidente, que, quando a gente acha que já viu de tudo, o Brasil mostra como funcionava o esquema e a organização da família que governou este País, a família do Jair Messias Bolsonaro. Foi rachadinha de 89 mil em cheques, roubaram as moedas do espelho d'água e mataram as carpas que eram presente do Imperador do Japão. E, agora, a tentativa de trazer muamba, a tentativa de trazer ilegalmente, para o território brasileiro, joias dadas por lideranças e chefes de governo da Arábia Saudita depois de vender a refinaria na Bahia, senhoras e senhores, por apenas 1,8 bilhão de dólares, sendo que todas as estimativas de mercado diziam que valeria, no mínimo, 4 bilhões de dólares.

A família Bolsonaro, Sr. Presidente, comportava-se e comporta-se como máfia, milícia. São gângsters e precisam ser punidos, porque é a primeira vez, na história deste País, que o Governo Federal tenta trazer de maneira ilegal para o País presente de outro Chefe de Estado. É uma coisa completamente fora do bom senso. Vão ser investigados e punidos.

Foi graças à atuação de um servidor público – de servidores públicos – que foi possível descobrir essas tramóias. Foi um servidor da Receita Federal que teve coragem de cumprir o seu papel, o que só foi possível graças à estabilidade.

Eu quero trazer este debate para a defesa dos servidores, Sr. Presidente, porque, durante um período recente, tentaram aprovar, no Congresso Nacional, a reforma administrativa – esse debate chegou, inclusive, a ser discutido nesta Casa –, para acabar com a estabilidade dos servidores e das servidoras públicas. A estabilidade é a condição fundamental para que o servidor e servidora cumpram sua missão, o seu papel de proteger o interesse público, para não ficarem reféns de pressão e de assédio por parte dos governos de plantão.

Então, como já foi dito aqui, hoje, é fundamental: a gente reforça o apelo ao Governo do Distrito Federal para que traga a esta Casa o processo de reestruturação das carreiras do serviço público, para que a gente possa dar para a sociedade uma resposta que fortaleça o serviço público desta cidade.

Desde já, colocamos o nosso mandato à disposição da luta também pela nomeação dos analistas da defensoria, uma carreira que já teve mais de cem pessoas nomeadas e hoje tem um pouco mais de cinquenta.

Quero concluir, Sr. Presidente, e eu vou precisar, talvez, de só mais um minuto para entregar a V.Exa. um relatório que nós produzimos. Está aqui. São 148 páginas sobre a visita que nós fizemos ao Hospital de Base na semana retrasada. Nesse relatório, Sr. Presidente, a gente destaca algumas questões.

(Soa a campainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Para concluir, Deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Para concluir, Sr. Presidente.

Nesse relatório, a gente destaca algumas questões, que, para nós, são fundamentais e que mostram que esta Casa e a Comissão de Educação, Saúde e Cultura vão se debruçar no controle das contas e dos contratos do IGESDF – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal.

Vou trazer alguns dados, Sr. Presidente. Eu vou entregar o relatório para todos os Deputados desta Casa. Vamos entregar para a Secretária de Saúde, para o próprio Presidente do Iges, para o Tribunal Contas, para o Ministério Público.

Nos últimos anos, o orçamento do Iges tem crescido assustadoramente. Começou em 2018: 3,5% quando comparado ao Fundo de Saúde do Distrito Federal; e, no ano passado, 21,7% quando comparado às receitas do Fundo de Saúde. Ou seja, ano após ano a gente está aprovando nesta Casa um orçamento do Iges cada vez maior, abocanhando o orçamento público da Secretaria de Saúde. E o que a gente vê é que o Iges não entrega esse serviço.

Apresentamos neste relatório vários indicadores monitorados dos contratos do Iges, e –

acredite, Sr. Presidente – todos eles, todos os contratos e serviços por todas as comissões até agora instituídas mostram que os serviços são denominados insatisfatórios, são avaliados como insatisfatórios.

Então, eu quero dizer que a comissão é eu queremos compromisso. Tenho certeza de que V.Exa. está à disposição da transparência. É preciso que a gente avance nesse debate da transparência. O modelo que se mostrou até agora, que serve para pegar dinheiro público, não consegue contratar medicamentos, não consegue contratar profissionais...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – ... e não consegue entregar um serviço de melhor qualidade para o povo do Distrito Federal.

Muito obrigado pela paciência, Sr. Presidente.

Eu já entrego e deixo em suas mãos o relatório que a gente produziu. Estamos entregando hoje não só para V.Exa., mas para o conjunto dos Deputados, aos senhores e às senhoras desta Casa e ao Poder Público do Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Gabriel Magno. Mais uma vez, quero parabenizar pela brilhante participação tanto de V.Exa., quanto dos demais Deputados na questão dos recursos do transporte.

Da mesma forma, parabeno pelo discurso contrário ao trabalho escravo. É isto mesmo: temos que combater práticas como essa.

Por fim, essa questão que V.Exa. traz é importante não só para nós Parlamentares, mas principalmente para a população, em especial para aquela que mais precisa. Parabéns pela participação de V.Exa.

Quero convidar para fazer uso da palavra pelo Bloco União Democrático o Presidente da CEOF – Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, o nobre Deputado Eduardo Pedrosa.

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Pedrosa.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (Bloco União Democrático. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, cumprimento todos os meus companheiros Deputados e Deputadas.

Hoje, nós tivemos reunião da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Aprovamos um processo que homologa os convênios, que garante a isenção do ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações para aquisição de veículos para as pessoas com deficiência, Síndrome de Down e autismo. É um projeto muito importante, que eu espero que a gente possa referendar em plenário em breve.

Também a gente tem aguardado, por parte do governo... Eu queria aqui fazer um apelo à Liderança do Governo, à Secretaria Executiva de Relações Parlamentares da Casa Civil. O Maurício me disse que já está para ser encaminhado um projeto, mas eu quero fazer esse apelo público.

Foi firmado um compromisso com a Câmara Legislativa do Distrito Federal sobre a destinação de um projeto para esta Casa para que a gente pudesse incluir as emendas parlamentares dos Deputados novatos que aqui estão. E eu venho aqui fazer este apelo para que o governo cumpra esse compromisso e envie, de fato, esse projeto, porque nós já estamos aguardando há mais ou menos uma semana.

A gente quer fazer a apreciação disso e dar condição aos Deputados que aqui estão para que possam representar a comunidade da melhor maneira possível, destinando as suas emendas para as áreas que entendam como prioritárias, porque estão todos os dias na rua vendo as coisas que estão acontecendo e querem poder trabalhar pela sua comunidade. Então, venho aqui deixar esse apelo público.

Por fim, queria fazer uma fala com relação às pessoas com autismo. Em primeiro lugar, parabeno a Governadora do Distrito Federal pela nomeação dos monitores escolares. Acho que é uma pauta fundamental, mas eu também quero fazer um apelo para que a gente possa pensar dentro do governo e este tomar uma atitude dinâmica e rápida, a fim de que a gente possa garantir às pessoas que têm autismo, às famílias que têm crianças com autismo, o diagnóstico pela rede pública de saúde.

Muitas pessoas, hoje, procuram profissionais nos hospitais públicos, procuram profissionais nas instituições de saúde do Distrito Federal e não conseguem acesso ao diagnóstico. Nós temos que garantir isso para a população. As pessoas precisam do cuidado e da atenção do Estado. A gente tem que trabalhar aqui para que esse direito seja garantido à nossa população.

Quero deixar esse apelo, deixar essa fala, aqui, no sentido de pedir que o governo tome uma medida imediata com relação às emendas e tome uma medida imediata para garantir a essa população esse cuidado, essa atenção.

Por fim, hoje, eu me deparei com uma situação – algumas pessoas têm me trazido essa demanda já há algum tempo, eu não posso deixar de falar aqui – com relação à drenagem do Setor de Mansões de Sobradinho.

O Deputado Ricardo Vale e o Deputado João Cardoso sabem a dificuldade que a população ali tem enfrentado. Choveu, o negócio lá complica. A gente precisa que o governo tome uma providência, também, no sentido de desenvolver um projeto de drenagem, para aquela região, que seja efetivo, e a gente consiga fazer com que os impostos que as pessoas pagam voltem para elas em benefícios reais.

Esta é a luta. Eu quero deixar aqui o meu apoio aos Deputados que têm uma proximidade com a cidade, a todos os Deputados que apoiam essa iniciativa e à comunidade que tanto espera que esta Casa faça valer os seus votos.

Um abraço e obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Eduardo Pedrosa. Mais uma vez, parabênzo V.Exa.; toda a CEOF; de igual modo, a CCJ – Comissão de Constituição e Justiça, que também já tinha se manifestado com relação ao PL do ICMS, a isenção do ICMS, extremamente importante para o DF e muito mais justa ainda. Então, agradecemos.

Com relação ao PL dos créditos, está aqui o Maurício, e vou pedir a S.Exa. que, mais uma vez, ajude-nos.

Aproveito, Maurício, para agradecer e parabenizar a participação de V.Exa. na reunião de ontem com o nosso Chefe da Casa Civil e com o nosso Secretário de Transporte e Mobilidade. Realmente, chegou-se a buscar uma solução de forma objetiva, e isso nos traz uma tranquilidade muito grande. Queria publicamente parabenizar V.Exa., o nosso Secretário Gustavo Rocha e o Sr. Valter Casimiro pelo encaminhamento. De igual modo, já agradeço aos nossos Deputados.

Sobre a questão do PL dos créditos, se puder, Maurício, ajude a dar uma agilizada. Ontem, eu conversei com o Thiago Conde e com o próprio Secretário Ney, e eles se comprometeram a agilizar isso. Vamos ver se ele chega logo a esta Casa, conforme foi colocado pelo Deputado Eduardo Pedrosa.

Estão encerrados os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Quero aqui convidar para fazer uso da palavra o nobre Deputado Pastor Daniel de Castro.

Neste momento, peço licença para fazer uma reunião muito rápida com o Deputado Eduardo Pedrosa exatamente com relação aos nossos PLs.

Passo a Presidência ao nobre Deputado Ricardo Vale.

(Assume a Presidência o Deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra ao Deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde, douta Mesa, Deputados e Deputadas desta Casa, senhores e senhoras, amigos, servidores, profissionais da imprensa e demais cidadãos que nos acompanham pela *TV Câmara Distrital* e pelas redes sociais. Boa tarde a todos vocês.

Antes de começar o meu comunicado... Desde sempre, venho ocupando esta tribuna para clamar pelas pessoas inocentes que estão presas por conta dos atos antidemocráticos do dia 8 de janeiro. Eu tenho a convicção de que tem muitas pessoas inocentes presas.

Domingo agora, na nossa igreja, tivemos a felicidade de rever uma irmã que ficou 58 dias, Deputado Fábio Felix, presa lá na Penitenciária Feminina do Distrito Federal, a Colmeia. Qual foi o crime dela? Ela é cozinheira e ficou 15 dias fazendo comida para aquele pessoal. Ela foi presa, ficou 58 dias, saiu, e fizemos uma festa.

Como eu sempre conclamei, sempre falei aqui para o Excelentíssimo Ministro Alexandre de Moraes ter consciência de que as pessoas precisavam ter suas condutas individualizadas, na mesma feita venho aqui parabenizar o Ministro Alexandre de Moraes; a Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Rosa Weber; e também a nossa Governadora em exercício Celina Leão, que ontem estiveram pessoalmente na Colmeia visitando as presas. Deixaram a promessa de que vão fazer isso também na Papuda: visitar os homens. Parabéns por essa atitude, porque ali conhecem a realidade de cada um. Parabéns.

Queridos, inicio a minha fala, nesta tarde, parabenizando todas as mulheres pela data que será celebrada amanhã, dia 8 de março. Ao tempo em que devemos enaltecer as mulheres pela sua importância para o mundo, o momento atual exige de cada um de nós uma reflexão profunda sobre as causas de uma violência que parece não ter fim. É nesse sentido, Sras. e Srs. Deputados, que faço uso da palavra nesta tarde, para expressar ao povo do Distrito Federal a minha preocupação com a onda de violência perpetrada contra as mulheres em todo o Brasil.

Conforme já afirmei em outras oportunidades, eu não sou Deputado Distrital, eu estou Deputado Distrital. Eu sou um pastor da Assembleia de Deus – Ministério de Madureira, a maior igreja do Brasil, a maior denominação evangélica desta Nação. Só para os senhores terem uma ideia, essa comunidade cristã congrega mais de 15 milhões de evangélicos. Somos, Deputada Dayse Amarílio, no Brasil, mais de 70 mil pastores na Assembleia de Deus – Ministério de Madureira. E foi essa igreja que me trouxe para esta Casa, junto com a Colônia Agrícola 26 de Setembro e com Vicente Pires, e me deu a missão de lutar pela família tradicional, pelos direitos dos homens, pelos direitos dos idosos, pelos direitos das crianças e pelos direitos das mulheres – minha preocupação maior neste momento.

Nesse quesito, falo especialmente das mulheres, que são a base da família, o esteio – as mães, as esposas, as filhas –, o ponto de equilíbrio de um lar. Muitas vezes, é aquela que sustenta a casa com seu salário e seu trabalho. De modo geral, a mulher é quem mais se dedica à criação dos filhos, papel primordial na base de sustentação familiar.

As mães da nossa igreja, por exemplo, têm criado seus filhos no temor e na admoestação do Senhor, calçadas na Palavra, para que essas crianças se tornem, amanhã, verdadeiros homens e mulheres, verdadeiros cidadãos e cidadãs. A minha vida é pautada pela fé. E por esse motivo, diariamente, eu agradeço a Deus pela família abençoada que tenho.

Infelizmente, porém, essa não é a mesma realidade vivenciada por muitas mulheres, que têm sido atacadas de forma covarde como se fossem propriedade de alguém. E esse absurdo precisa ter fim.

Vivemos um tempo perigoso em que a geração que acredita ser livre porque não conhece limites para a realização do seu desejo é a mesma geração com maior índice de depressão, de suicídio, de uso de drogas e que, além de tudo, tem mostrado ser a geração que mais pratica violência contra as mulheres.

Afirmei, há poucos instantes, que estou Deputado, mas sou um pastor da Assembleia de Deus. O cargo eletivo é uma ferramenta de luta pelos valores do segmento da sociedade que me trouxe a esta Casa. O título de pastor, por sua vez, é a lente que me permite estar convicto de que esta geração está se perdendo porque os valores que deveriam nortear o comportamento deles...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – São filhos que matam o pai, pais que matam os filhos, e tão grave quanto as mulheres que estão sofrendo uma violência inaceitável para os padrões de um país livre...

As pessoas têm se desviado daquilo que é legalmente previsto, seja do ponto de vista espiritual, em que a igreja pode oferecer a resposta, seja do ponto de vista natural, regido pelo compêndio de leis da nossa Nação.

O fato é que a violência contra as mulheres é algo inaceitável, monstruoso, abjeto, vil e, por vezes, doentio. Esta Casa, Sras. e Srs. Deputados, precisa dar uma resposta concreta para que essa onda seja interrompida.

Homens sem limites – que não tiveram referências ou que não deram ouvidos aos

ensinamentos de seus pais, que acham que o mundo deve girar em torno de suas próprias vontades, que chegam aos 30 anos de idade como se adolescentes fossem – precisam ser conscientizados de que a mulher é o ponto de equilíbrio de uma sociedade saudável e que não existe justificativa para a prática de qualquer tipo de violência perpetrada contra a mulher.

Mulheres não são propriedade de ninguém. Mulheres são livres, são capazes, são independentes para seguirem a carreira profissional que quiserem e independentes para escolherem a honrosa missão de cuidarem da família que Deus lhes deu.

É nesse sentido, querido Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que apresentei nesta Casa, no dia de ontem, dois projetos destinados à proteção da mulher. O primeiro cria o programa Mulher em Evidência no sistema educacional do Distrito Federal e pretende incentivar a realização de pesquisa escolar sobre a importância da mulher para a formação política no Brasil.

Devemos muito à Imperatriz Leopoldina, devemos muito à Princesa Isabel e a muitas outras personalidades femininas, que a nossa história precisa resgatar.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Só mais um minuto, Sr. Presidente. Peço a bondade de V.Exas.

O segundo projeto que apresento nesta tarde institui o Código de Defesa da Mulher. Com esse segundo projeto, proponho algumas ações protetivas, inclusivas e asseguradoras do direito da mulher e busco, ainda, reunir as principais legislações esparsas que temos, no âmbito do Distrito Federal, em defesa desse tema.

Nesse sentido, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faço chegar às mãos de V.Exas. uma cópia desse segundo projeto com o propósito de que ele seja aperfeiçoado pelos senhores. O objetivo, conforme eu disse, é dar uma resposta concreta para a sociedade. Esta Casa precisa, urgentemente, atuar na defesa das mulheres, e estou convicto de que, trabalhando unidos, produziremos algo consistente.

Concluo, Sr. Presidente, enfatizando que, em razão da gravidade do momento, incluí um artigo nesse projeto pelo qual esta Casa, após a decisão da douta Mesa Diretora, será protagonista no enfrentamento da violência perpetrada contra as mulheres. Ou seja, sendo aprovada a ideia, a Câmara Legislativa do Distrito Federal, talvez pela primeira vez na sua história, assumirá o compromisso legal de capitanear ações direcionadas à proteção das mulheres.

Já encerrando, quero agradecer dizendo, também, que sexta-feira passada foi o Dia Mundial da Oração. Nós fizemos uma sessão solene, e, pelo auditório desta Casa, passaram mais de 1.200 autoridades eclesiais. Nós tivemos uma sessão, Sr. Presidente, de 10h a meio-dia e de meio-dia às 22h. Nós tivemos, aqui, dez horas de oração.

E eu quero...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Encerrando minhas palavras, Srs. Parlamentares, em nome da nossa igreja e dos nossos bispos, especialmente do meu bispo primaz, eu trouxe aqui um presente para V.Exas. Quero que a minha assessoria faça chegar às mãos de V.Exas. o projeto de lei que institui o Código de Defesa da Mulher e uma *Bíblia Sagrada*, como um presente para V.Exas.

Muito obrigado. Deus abençoe todos e todas.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Deputado Pastor Daniel de Castro.

Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Quero continuar o debate que eu trouxe na minha fala anterior sobre a questão do Iges.

O relatório que acabamos de deixar para o Presidente desta Casa e que será encaminhado hoje para todos os gabinetes e também para os órgãos de controle e de publicidade aponta que é necessário e urgente que esta Casa também se debruce, fundamentalmente, sobre as questões das contas e da falta de transparência que hoje imperam no modelo de gestão do Iges.

Hoje, Presidente, inclusive, foi a primeira conferência regional de saúde da Região de Saúde Leste, que abrange São Sebastião – incluindo o Jardim Mangueiral –, Paranoá, Itapoã e Jardim Botânico. Eu estive presente na abertura. Também frequentamos quase a totalidade das 31 conferências livres de saúde que antecederam as conferências regionais, que começaram hoje e que antecedem a conferência distrital.

Nós temos o desafio, nessas conferências, de trazer para o centro do debate a questão do controle social. São várias as denúncias, por parte dos conselhos de saúde, de falta de estrutura, de falta de espaço e condições de trabalho para que os conselhos cumpram o papel deles, que, inclusive, está previsto na lei.

Nós temos o desafio de debater e trazer ao debate da conferência a questão do financiamento público da saúde. Estamos também discutindo o modelo do Iges aqui no Distrito Federal, que drena os recursos públicos da saúde a cada ano que passa. E preciso discutir o modelo de gestão. O Iges já provou que o modelo de gestão não dá conta, faliu.

São vários os contratos investigados, são várias auditorias sendo feitas nos tribunais de contas, no Ministério Público. E, infelizmente, no próprio Governo do Distrito Federal, há apenas três! É preciso também que o Governo do Distrito Federal fiscalize, porque estamos tratando do dinheiro e do orçamento público. É preciso, e é fundamental, cuidar da participação social. Então, quero deixar isso registrado.

Quero, para concluir, Presidente, voltar ao assunto dos servidores, porque também foi uma pauta importante que apareceu em todas as conferências e vai aparecer não só na conferência de saúde, mas no conjunto de mobilização dos servidores públicos desta cidade. São oito anos de congelamento salarial! É uma perda acumulada de 46%, e a proposta do governo é de 18% parcelados em quatro vezes, em quatro anos.

Presidente, 18% parcelados em quatro anos significa que a proposta do governo não são 18%. A proposta do governo são 4,5% ao ano, é metade da inflação do último período, da média anual da inflação. Ou seja, isso não recompõe as perdas passadas e não recompõe as perdas futuras! Os servidores continuarão estrangulados.

A gente faz este apelo, mais uma vez, para o Governo do Distrito Federal: que apresente uma proposta de reestruturação e que tenha um olhar atento especial àquelas categorias, inclusive, que estão na rabeira.

Quero terminar falando um pouco sobre a educação pública desta cidade, Presidente. A carreira de magistério, Deputado Joaquim Roriz Neto, ocupa hoje a 33ª posição entre 35 carreiras de nível superior do Distrito Federal em termos de remuneração. Antepenúltimo lugar. Os professores e professoras desta cidade recebem o 33º pior salário de 35.

Nós já nos orgulhamos, Presidente, de receber o maior piso do magistério deste País. Hoje o Distrito Federal não cumpre a Lei do Piso, está abaixo da Lei do Piso. Estamos nos afastando do cumprimento da Meta 17 do Plano Distrital de Educação, que prevê a isonomia...

(Soa a campanha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Para concluir, Deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Para concluir.

Ela prevê a isonomia salarial dos professores e da carreira de magistério com as demais carreiras do serviço público, que está na lei aprovada nesta Casa.

Quero, mais uma vez, reforçar este pedido ao Governo do Distrito Federal: que ele cuide melhor dos seus servidores, que são fundamentais para a garantia da democracia e dos direitos do povo do Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Deputado Gabriel Magno.

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um discurso bem rápido.

Sras. e Srs. Deputados, o motivo de eu estar fazendo hoje o uso da palavra se deve ao fato de

que, infelizmente, fomos surpreendidos com o ingresso, no Supremo Tribunal Federal, de uma ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Trata-se de pedido de medida cautelar promovido pelo Partido Verde que tem como objetivos os diversos atos de terrorismo – na fala deles – ocorridos em Brasília na data de 8 de janeiro de 2023.

Por meio dessa cautelar, defende-se que o Distrito Federal não tem garantido o correto exercício das suas funções constitucionais redundando em flagrantes inconstitucionalidades materiais em relação à obrigação de proteger, resguardar e defender os direitos e as garantias fundamentais bem como o exercício da lei e da ordem do Brasil.

No mérito, para que seja julgada totalmente procedente a presente medida do Partido Verde, foram elencados vários pedidos. Entre eles, pediu-se a declaração de ocorrência de omissão por parte das autoridades, o que já está sendo objeto da CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito desta Casa; a inclusão das autoridades no inquérito das *fake news*; a concessão de ordem para que a Polícia Federal, na qualidade de Polícia Judiciária da União, seja empregada na segurança pública; e também a prorrogação do afastamento do nosso Governador Ibaneis Rocha.

Na verdade, o que está por trás dessa ação é uma irresponsabilidade do Partido Verde, que teve seu candidato derrotado nas eleições passadas, demonstrando nítida insatisfação com o resultado das urnas e total descompromisso com a população brasiliense ao tentar conseguir um processo de intervenção federal definitiva sobre a autoridade distrital, com o afastamento, principalmente, da autonomia do Distrito Federal; com a interrupção da nossa capacidade de auto-organização, autogoverno, autolegislação e autoadministração. Tanto é, que estavam mencionando até o fim do nosso Fundo Constitucional do Distrito Federal. O Distrito Federal, hoje, sem o Fundo Constitucional, literalmente quebra, não consegue arcar com as suas obrigações.

A intervenção é uma exceção. Os arts. 34 e 35 da Constituição Federal estabelecem que a União não intervirá nos estados, DF e municípios, exceto para algumas circunstâncias específicas e excepcionais. Sendo assim, o que a Constituição estabelece é o princípio da não intervenção, sendo as intervenções medidas extremas para os casos excepcionais.

O próprio Senador Davi Alcolumbre, na ocasião, foi relator, na importante Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, da intervenção no âmbito apenas da segurança pública aqui no Distrito Federal. Disse – naquela ocasião – que a intervenção federal é indiscutivelmente medida extrema e excepcional e, dessa forma, deve ocorrer tão somente quando existem situações de tal monta que o aparato institucional existente não tem condições de responder.

O Brasil somente presenciou três intervenções federais. A primeira, iniciada em fevereiro de 2018, durante o Governo de Michel Temer, permitiu que o governo interviesse no Rio de Janeiro para solucionar problemas relacionados à segurança pública daquele Estado.

A segunda ocorreu em dezembro de 2018, ainda durante o Governo Temer, quando o Estado de Roraima sofreu intervenção por causa de uma grave crise financeira que afetou o estado, causando uma enorme dívida e muitos atrasos nos pagamentos dos salários dos servidores.

Por fim, a terceira ocorreu em janeiro de 2023, quando foi decretada a intervenção federal aqui no Distrito Federal, intervenção essa somente no âmbito da segurança pública e que foi finalizada em 31 de janeiro, como foi no Rio de Janeiro.

O Distrito Federal, historicamente, é palco de manifestações populares das mais variadas naturezas – de cunho político, econômico, social e cultural –, tendo a Secretaria de Estado de Segurança Pública, que possuiu um modelo de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada de diversas instituições, órgãos e agências governamentais... E que teve atuação sempre exitosa.

Segundo informações contidas no relatório final do interventor Ricardo Capelli, em 2021 foram 478 atos públicos cadastrados e acompanhados, e em 2022 foram 522 atos públicos cadastrados e acompanhados sem registro de vandalismo. Essa Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, Sr. Presidente e Deputado Chico Vigilante, peticionada pelo Partido Verde, um partido que teve uma representatividade inexpressiva nesta Casa e que somente em três legislaturas elegeu...

(Soa a campanha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Para concluir.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Para concluir, Sr. Presidente.

... e somente em três legislaturas elegeu um Deputado (*sic*), demonstra na verdade a enorme

indignação em ver a conquista do Governador Ibaneis Rocha, que entrou para a história de Brasília com conquistas que outros políticos jamais conseguiram: ser o primeiro governador reeleito para o Palácio do Buriti ainda no primeiro turno e o segundo Chefe do Executivo a retornar ao comando no Governo do Distrito Federal, sendo ainda o primeiro genuíno brasileiro a ser eleito, por duas vezes, Governador do Distrito Federal.

Sendo assim, não há que se falar em nova intervenção do Governo Federal, que, como a Constituição Federal prevê, deve ocorrer apenas para restabelecer a ordem pública, e que isso ocorra no espaço de tempo mais breve possível.

Nós estamos ainda muito no início, com análises perfunctórias, sobre o caso da comissão presidida pelo Deputado mais experiente desta Casa, o Deputado Chico Vigilante, e cujo Relator é o Deputado Hermeto. Já ficou um pouco claro que a gente não pode tomar juízo de valor ainda no início, porque a gente não vai julgar. A gente vai apontar, no final, em relatório, para o Ministério Público, que o Ibaneis não teve nenhuma participação direta ou indireta em relação a esse caso, que foi lastimável, aqui no âmbito do Distrito Federal; que não houve a omissão dele enquanto chefe das forças policiais. A gente tem que apurar essas responsabilidades e punir, de forma individualizada, todos.

Uma vez finalizado o período dessa intervenção, que já se findou aqui nesta Capital, tenho plena confiança nas forças de segurança do Distrito Federal e a certeza de que não existe mais causa constitucional para tal medida.

Quero parabenizar o Deputado Chico Vigilante, que é oposição, mas que faz uma oposição responsável aqui nesta Casa. Quero parabenizar a Casa, nesta oportunidade, como eu já disse, pela construção de colocar a oposição na Presidência, que foi uma resposta boa para a sociedade.

A condução de V.Exa., Deputado Chico Vigilante, está sendo séria e responsável. Se houver ataques aos questionamentos em relação a isso, haverá muitas oitivas – quinta-feira já começa a segunda leva das oitivas – para que a gente possa fazer um trabalho sem jactâncias, sem buscar nenhum tipo de revanchismo, e que a gente possa ser o mais justo possível.

Como Líder do Governo, parabenizo também a Vice-Governadora Celina Leão, que tem executado um excelente trabalho exercendo a sua função de substituta interina ante o afastamento do nosso querido Governador Ibaneis Rocha. Que o Ibaneis Rocha volte o mais rápido possível para restabelecer a organização e pensar no futuro desses longos quatro anos aqui no Distrito Federal.

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO HERMETO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Robério Negreiros, V.Exa. é Líder do Governo. Eu quero complementar a fala de V.Exa., Deputado Robério Negreiros.

Eu fico pensando aqui nesse oportunismo do Partido Verde. Que oportunismo ao pedir o total afastamento do governador, ao prorrogar isso. Isso me cheira sabe a que, Sr. Presidente? Esses caras não engoliram a derrota em primeiro turno. Com todo o respeito ao Deputado Leandro Grass, que foi nosso parceiro aqui, nosso companheiro aqui, e que agora está em um cargo de destaque no Governo Federal: parece que ele não absorveu a derrota. Que oportunismo horrível do Partido Verde!

Como disse o Líder do Governo agora, Deputado Robério Negreiros, nós temos, aqui dentro da Câmara, a oposição, o PT. Da boca do Deputado Chico Vigilante – com o número de mandatos não só nesta Casa, mas também na Câmara Federal, com o conhecimento que tem e com a postura que tem –, nunca ouvi o pedido de afastamento do governador. Não tem esse pedido! Nem do Deputado Ricardo Vale, Vice-Presidente desta Casa, que é do PT. Então me dá tristeza ver um oportunismo barato desse. Ganhe a eleição, meu amigo. Espere mais quatro anos, como vocês falaram, três anos e meio agora, não sei. Venha para as urnas e tire o governador.

Ele está afastado, respeito o afastamento do Supremo, tenho certeza absoluta de que faltam agora trinta dias, praticamente. Ele retornará, porque foi eleito pela população do Distrito Federal – eleito em primeiro turno!

Partido Verde, assimile a derrota. Deputado Leandro Grass, que agora é o Presidente do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, esqueça, vá cuidar do patrimônio do Brasil. Que oportunismo barato é esse de aproveitar uma situação dessa para querer essa prorrogação, para dizer que o governador não pode voltar? Ganhe nas urnas, meu amigo. Vá para as urnas e ganhe. Se o

governador voltar, ele vai responder pelo que ele... Se o governador tiver qualquer tipo de culpa, ele vai responder por isso. Se houve negligência, ele vai responder, mas vai responder no cargo dele, no cargo dele, para o qual a grande maioria da população de Brasília o elegeu.

Então, fica aqui o meu registro referente ao Partido Verde.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO HERMETO (MDB. Sem revisão do orador.) – Monte uma nominata, procure um candidato e tente ganhar o Governo do Distrito Federal nas urnas eletrônicas.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Deputado Hermeto.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Antes de eu chegar aqui ao plenário, ouvi a fala do nosso Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Eduardo Pedrosa. Gostaria de informar que já existem três créditos, está faltando só a assinatura da governadora interina, Celina Leão, para eles serem encaminhados para esta Casa.

Caberá à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças escolher um desses créditos para que se possa resolver a questão das emendas parlamentares e as demandas também dos novos Parlamentares, de primeiro mandato ou que estão retornando a esta Casa.

Era só para informar a todos os senhores.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Deputado Robério Negreiros.

Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Martins Machado.

DEPUTADO MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, serei breve na minha fala.

Deixe-me falar alguns números aqui: 25.351 novas ações jurídicas individuais, 2.028 audiências extrajudiciais para tentar acordos, mais de 600 mil atendimentos, 681.602 manifestações em processos judiciais, mais de 2.700 manifestações processuais por dia útil, 44.224 audiências judiciais e 392 plenários do Tribunal do Júri.

Esses números não mostram o rosto das pessoas que estão por detrás desses dados, mas nós estamos nos referindo a quem, a qual instituição? Essa instituição beneficia milhões de brasilienses e goianos, brasileiros, por meio das suas ações, cujos números falamos agora, e por meio dos seus serviços essenciais, com os quais as pessoas, principalmente as mais carentes, acabam solucionando problemas essenciais para as suas vidas. Eu me refiro a uma instituição em que eu tanto deposito a minha confiança, que é exatamente a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Quando falamos desses números – que vão além dos atendimentos à população em casos de violência doméstica, mas envolvem também atendimento ao consumidor, saúde, execução penal, direitos humanos e da família, registro de sucessões, infância e tantos outros –, nós olhamos e vemos que essa instituição está, com o tempo, enfraquecendo-se por um motivo: falta de recursos, falta de subsídios.

Está na hora. Chegou a hora de a Câmara Legislativa, todos os Deputados e o governo fortalecerem essa instituição. Tenho certeza de que todos os Deputados e a sociedade, de modo geral, reconhecem a importância da Defensoria do Distrito Federal. Então, nós não podemos ficar parados, omissos. Não podemos ignorar a necessidade da Defensoria Pública do Distrito Federal. Temos que ajudar, sim, com subsídios. Temos que ficar de olho e dar-lhe atenção, para que ela tenha qualidade no atendimento, porque, uma vez a defensoria oferecendo essa qualidade, é a população que recebe um atendimento de qualidade e que é beneficiada.

Quero também lembrar que a última vez que os defensores foram contemplados com uma reposição inflacionária foi no ano de 2013, ou seja, há dez anos. Por outro lado, desde então, a inflação atingiu 73,76%. Então, não podemos, repito, permitir que a Defensoria Pública venha a se enfraquecer e ficar para trás em relação às outras instituições. Não estou falando de privilégios, estou falando de uma realidade e de uma necessidade. Temos que apoiá-la.

Peço a todos os meus amigos, a todos os meus colegas desta Casa que estejam nessa luta

para atendermos a Defensoria Pública do DF, para que a população não venha a ficar para trás. Se essa instituição ficar para trás, é o povo que ficará para trás.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Deputado Martins Machado.

Concedo a palavra ao Deputado Thiago Manzoni. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Dayse Amarílio. Que nome bonito, hein!

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, meu Vice-Presidente, que está presidindo a Mesa.

Eu queria agradecer o presente, Deputado Pastor Daniel de Castro. Não tem presente melhor. É maravilhoso, é um presente que realmente toca. Às vezes, quando eu tenho alguma dúvida que está querendo entrar no meu coração, pergunto: o que Jesus faria? Está aqui na minha camiseta hoje. Então, muito obrigada pelo presente. Adorei.

Boa tarde, colegas, pessoal da *TV Câmara Distrital*, quem assiste a nós, servidores, quem está em casa. Eu queria levantar ainda uma situação que eu coloquei, inclusive, no lançamento aqui do mês de março, que é o mês das mulheres. Lembro que a gente vai falar bastante de mulheres este mês. Já existe um acordo para a gente votar projetos. Se Deus quiser, vamos aprovar muitos projetos, mas que não fiquem só no mês de março.

Tem algumas coisas que me incomodam profundamente, não só como Parlamentar, mas como ex-sindicalista e como servidora, que são, muitas vezes, Deputado Joaquim Roriz Neto, as “burrocracias”. Tem algumas coisas que não dá para a gente entender.

Eu estive na Casa Abrigo, na semana passada. A gente sai de lá com uma sensação de impotência tão grande quando você vê uma mulher que está ali na fila da morte. São mulheres que já estão no nível máximo de violência doméstica. Elas falam para você que não têm como ficar lá, porque elas não sabem o que vão fazer quando saírem.

Nós estamos falando muito. Eu estou querendo convocar aqui os nobres Deputados que representam a voz dessas pessoas para que possamos pensar não só projetos para isolar essas mulheres, protegerem ou acolherem depois que aconteceu. Temos que pensar em como tirar essas mulheres da rota da morte.

Quando a gente tem uma mulher dessa e ela fala para mim “Deputada, eu não vou ficar porque eu não tenho o que fazer depois”, eu me sinto impotente, eu me sinto, muitas vezes, culpada como Deputada, como uma Parlamentar que precisa acolher essas mulheres. Essas mulheres estão lá. Elas não têm como sair de lá e colocar o filho numa creche porque isso não é garantido.

Pasmem! Muitas vezes o responsável pelo núcleo familiar é o pai, que é o agressor. Então, até para essa mulher pedir um auxílio, por exemplo, no CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, ela não pode pedir, porque o dinheiro vai para o marido ou para o companheiro, que é o agressor. E a gente não consegue tirar esse abençoado do sistema, porque não pode. Inclusive, eu estive com a Ministra das Mulheres semana passada e falei com ela sobre isso.

Outra coisa: o DF não tem o auxílio que seria para pagamento do aluguel, mas, sim, o auxílio emergencial, que – pasmem – você tem que pedir a cada trinta dias e ir renovando. Nisso você tem um *delay* até sair o valor. Você não tem como pedir, por exemplo, pelos quatro ou seis meses a que ela teria direito. Para você entrar no projeto Morar Bem, da CODHAB – Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal, você tem que ter um endereço. Se você for morador de rua, você tem que dar, por exemplo, o endereço do Centro POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, e sua pontuação cai. Então, são “burrocracias” sobre as quais a gente tem que parar para pensar.

Inclusive, eu quero aqui, nesses minutos finais que eu tenho, pensar e fazer com que os nobres colegas pensem em como nós podemos também amparar os trabalhadores que estão nessas áreas. Eu fiquei muito, muito comovida de ver servidoras da Secretaria da Mulher e da Secretaria de Desenvolvimento Social trabalharem num ambiente completamente insalubre, inclusive psicologicamente, porque elas não têm o que falar para aquelas mulheres.

Eu vi mulheres ali queimadas, com todo o corpo queimado. Eu vi mulheres ali machucadas. E essas mulheres não têm nenhum acompanhamento dentro da Casa Abrigo nem depois. Lá elas ficam ociosas. Elas perguntaram se a gente poderia doar alguma coisa, algum artefato para elas fazerem alguma coisa, fazerem um crochê.

Aquelas crianças não têm acompanhamento. Aquelas mulheres não têm acompanhamento psicológico. Nem os servidores, que, inclusive, estão trabalhando com déficit, porque a carreira está completamente defasada. Como é que passa? Eu fiquei poucas horas na Casa Abrigo e eu saí de lá abalada. Imaginem os servidores que estão na Casa Abrigo o tempo inteiro há quatro, seis anos vendo aquela violência e se sentindo incapazes por saberem que aquelas mulheres não têm futuro porque o Estado não as abraça!

Essas mulheres vão sair e vão continuar na fila da morte, porque elas não têm direito a um psicólogo, elas não têm acompanhamento. Os filhos não têm uma creche garantida, e, porque elas não têm um emprego, a violência financeira vai jogá-las lá de novo, e elas vão continuar ali na fila da morte.

Então, eu peço que vocês me ajudem a pensar no pós também, em como nós podemos prevenir, e não nos esqueçamos dos servidores públicos, que têm feito tanto com tão pouco. Eu agradeço demais.

Presidente, eu queria só fazer um convite. Nós teremos uma comissão geral, na quinta-feira, que vai debater o Projeto de Lei nº 3.069/2022, que fala sobre a questão da iluminação pública. Trata-se de um projeto que foi muito discutido na Casa, no ano passado.

Ainda temos muita dúvida. Pegamos algumas estatísticas. Já identificamos que era para a iluminação ter melhorado, mas não está melhorando. Queremos entender o projeto, principalmente nós Deputados novos na Casa.

Eu queria convidar todos os Deputados para participar. Já temos confirmada a presença do Presidente da CEB – Companhia Energética de Brasília, da Secretaria de Fazenda, das associações, da população. Então, vai ser uma honra muito grande contar com a presença dos nobres Deputados.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Deputada Dayse Amarillo.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Morro da Cruz.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PMN. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Presidente, primeiramente, quero dizer que sou a favor, sim, do retorno do nosso Governador Ibaneis Rocha, que foi eleito para assumir o cargo. Foi o primeiro Governador do Distrito Federal reeleito no primeiro turno, e ele precisa voltar, sim.

Lógico, não estou aqui para tirar o mérito da nossa governadora em exercício, Celina Leão, que tem feito um trabalho magnífico, mas temos que respeitar quem foi eleito para representar a sociedade do Distrito Federal. Eu defendo, sim, a volta do nosso Governador Ibaneis Rocha.

Quero aqui entrar em outro assunto. Quero agradecer ao SLU – Serviço de Limpeza Urbana e a todos os anjos da limpeza, na pessoa do Diretor-Presidente, o Silvío, que está fazendo uma limpeza, uma faxina geral em São Sebastião. Quero agradecer também ao pessoal, aos funcionários do DER – Departamento de Estradas de Rodagem, que são parceiros, e à NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. Vocês podem ter certeza de que, quando essa chuva der uma amenizada, São Sebastião terá ações diárias. Isso foi um pedido feito diretamente ao nosso Secretário José Humberto, que tem uma competência grandiosa à frente dessa pasta.

Eu gostaria de falar também sobre a questão da iluminação pública em São Sebastião e naquela região. Um exemplo é o Morro da Cruz, que recebeu a rede da Neoenergia, a rede regularizada, mas está às escuras. Então, quero aqui que o Presidente da CEB, o nosso Presidente Edison, reveja essa questão e, se precisar também de emenda parlamentar, vamos destiná-la. Mas o que não dá é para ficar às escuras, se a população paga taxa de iluminação pública e está vivendo no escuro. Iluminação pública traz segurança também para a população do Distrito Federal. Se o contribuinte está pagando a energia, tem que ter iluminação pública. Tem uma taxa lá; se não me engano, é de 29 reais. Que seja providenciada essa questão.

Estamos bastante empenhados para melhorar a qualidade de vida no Distrito Federal, para melhorar a qualidade de vida em São Sebastião, que tem sofrido bastante – São Sebastião e também a região do Jardim Botânico, que, hoje, é a segunda maior região administrativa. Eu a tenho visitado bastante e, para V.Exa. ter uma ideia, Deputado Pastor Daniel de Castro, após a poligonal, o Jardim Botânico tomou conta do João Cândido, do São Gabriel, do Itaipu. Tudo pertencia à Região Administrativa de São Sebastião. Mudou a questão da poligonal, mas não melhorou em nada a questão da qualidade de vida, do saneamento básico. Bairros estão esquecidos.

Mas agora essa região tem representante, que vai cobrar do Poder Executivo, e eu quero aqui pedir, mais uma vez, Deputado Pepa, a ajuda de todos vocês, de todos os representantes, para que possamos melhorar a qualidade de vida da nossa gente. É a região que mais cresce, Deputado Hermeto, no Distrito Federal. Cresce, mas queremos que realmente possa ter qualidade de vida. O bairro Crixá foi construído em São Sebastião. Daqui a pouco, vem aí o Alto Mangueiral. Mas tem que ter equipamentos públicos. Nós estamos lutando pelo nosso hospital, pela construção de mais escolas, de creches públicas. Tem que melhorar a questão do saneamento básico. Temos o Residencial Vitória, em São Sebastião, com mais de 30 anos; já está regularizado, mas não tem saneamento básico.

Eu pedi, na semana passada, que o Fernando Leite, Presidente da NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, possa elaborar um projeto para aquela via arterial na principal do Morro da Cruz, porque também não vai adiantar asfaltar o Residencial Vitória sem primeiramente...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PMN. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Para concluir, Sr. Presidente, não nos adianta asfaltar o Residencial Vitória, até mesmo o Morro da Cruz, sem primeiramente fazer drenagem, captação de águas pluviais.

Que Deus nos abençoe! Vou ficando por aqui. Eu sou um empregado da população. Podem me cobrar, e vou cobrar também do Poder Executivo.

Obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Pastor Daniel de Castro.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Obrigado, Deputado Rogério Morro da Cruz. Eu também quero me associar a V.Exa. e conclamar ao Poder Judiciário o regresso do nosso Governador Ibaneis. Faz por merecer. Foi democraticamente eleito. Foram mais de 835 mil pessoas que votaram nele e que estão clamando. Fique tranquilo, que a nossa governadora em exercício também está clamando. Fica aqui o registro deste Parlamentar, Deputado Pastor Daniel de Castro. Eu também clamo o regresso, o mais rápido possível, do nosso governador.

Naturalmente, sei que a Justiça está cumprindo o seu papel, mas que seja célere, porque Brasília está clamando a volta do nosso governador. Espero que logo, logo, ele esteja conosco.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um registro muito rápido de uma denúncia que recebemos, na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, em relação a derrubadas na região de Santa Maria Sul. É uma região onde o DF Legal, junto com a Polícia Militar, está fazendo uma série de derrubadas. Não houve nenhuma notificação prévia a essas pessoas. Infelizmente, são pessoas trabalhadoras, em situação de vulnerabilidade social, com crianças, com adolescentes, pessoas que, na maioria, não têm condição nem de alimentar seus filhos e filhas, e estão vendo seus barracos, já em condição muito precária, sendo derrubados agora, neste momento. A gente sabe que esta cidade não tem garantido o direito à moradia para a população. Falta uma política pública séria nesse sentido, no Distrito Federal, não é de agora, é de muito tempo. Nós estamos batalhando para isso. As pessoas têm dificuldade de uma política pública.

Então, estou muito preocupado com a situação dessas famílias, dessas crianças, desses adolescentes. A decisão do Ministro Barroso, que liberou que as derrubadas pudessem acontecer, que voltassem a acontecer, suspendeu o que estava colocado antes, dizia que tinha que ter mediação de conflito antes. Tinha que ter uma comissão para informar as pessoas, tinha que ter a presença séria da política de assistência social, para encaminhar benefícios, porque as pessoas estão em situação de vulnerabilidade. Muitas delas são vítimas de grileiros, porque não têm onde morar. Portanto, o Estado precisa entrar também com a mão da assistência social.

Eu quero fazer este alerta: que o DF Legal possa suspender imediatamente essa operação e abrir um diálogo com essas famílias, levando, de fato, a Secretaria de Desenvolvimento Social e criando uma comissão de mediação de conflitos. E quero me solidarizar com mães, pais de família, trabalhadoras, trabalhadores que, neste momento, estão sendo ofendidos pela mão dura do Estado e não têm os seus direitos garantidos pelo próprio Estado. Lamento mais essa ação, que me parece, pelas informações que temos, arbitrária, e me solidarizo com essas famílias.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Parabéns, Deputado Fábio Felix. Eu

tenho certeza de que o Secretário do DF Legal terá uma sensibilidade mais profunda. Esse é um tema muito polêmico, mesmo porque, muitas vezes, as famílias em estado de vulnerabilidade são fruto de ações de grileiros. Mas fica registrada a sua participação aqui.

Concedo a palavra ao Deputado Pepa.

DEPUTADO PEPA (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha manifestação é quanto ao absurdo de o Partido Verde pedir o *impeachment* do Governador Ibaneis. É uma manifestação contra o que as urnas mostraram, no primeiro turno: quem deve representar o Distrito Federal como governador. Esse absurdo do Partido Verde em fazer essa manifestação... Digo uma coisa para V.Exa., Presidente, e para o meu Líder Deputado Robério Negreiros: esse governador eleito precisa retornar. Já está no tempo de isso acontecer! A nossa vice-governadora, pelo trabalho que tem desenvolvido, tem todo o nosso respeito. Mas pedir *impeachment* do governador eleito em primeiro turno é um absurdo! Essa é a minha manifestação.

A outra manifestação é quanto às pessoas que pegam e fazem o transporte logo cedo e que pegam o trânsito de Planaltina para o Plano Piloto. Eu precisava manifestar isso. A terceira faixa de Planaltina para Sobradinho precisa acontecer de imediato. Não há mais condições de as pessoas gastarem quarenta minutos, cinquenta minutos, uma hora de Planaltina até Sobradinho no horário de pico, tanto para vir para o Plano quanto para retornar.

Então, fica aqui a minha manifestação: a terceira faixa e a ciclovias entre Planaltina e Sobradinho precisam acontecer de forma imediata. Faço um apelo ao Secretário de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal para que isso aconteça.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Obrigado, Deputado Pepa. A assessoria me informa que eu não falei que assumiria a Presidência. Se eu não falei, vou falar, porque é o rito da Casa. Assumi a Presidência. Muito obrigado, assessoria.

Concedo a Palavra ao Deputado Iolando. Logo após será o Deputado Jorge Vianna. Deputado Chico Vigilante, deseja fazer o uso da palavra? Depois concederei a palavra a V.Exa. Pode ser? Muito obrigado. O Deputado Jorge Vianna está aguardando também.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dirijo-me a esta tribuna nesta tarde de hoje, dia 7 de março de 2023, com bastante preocupação com o que está acontecendo com o nosso Brasil, em especial com a nossa Amazônia. Estamos aqui hoje para protestar contra algo preocupante, bastante preocupante, que é o desmatamento da nossa Amazônia e a omissão do Governo Federal com relação a essa questão.

Em fevereiro deste ano de 2023, o acumulado de alerta de desmatamento da Amazônia Legal foi de – pasmem todos os senhores – 291 quilômetros! Vou repetir: 291 quilômetros de extensão de desmatamento da nossa Amazônia. Essa é a marca para o mês de toda a série histórica desde 2005, quando se começou a registrar esse desmatamento.

O desmatamento da Amazônia tem graves consequências para o meio ambiente e para as comunidades locais. A Floresta Amazônica é importante reguladora do clima global e abriga uma biodiversidade única. Além disso, muitas comunidades indígenas dependem da floresta para a sua sobrevivência.

Infelizmente, o atual Governo Federal tem sido omissivo em relação ao desmatamento da Amazônia. É preciso que haja uma mudança de atitudes e que as medidas efetivas sejam tomadas para proteger, Deputado Pastor Daniel de Castro, a floresta e garantir o futuro e a sustentabilidade de todos nós brasileiros.

Então isso é preocupante! O desmatamento tem vários impactos negativos no meio ambiente e também na vida humana. Um dos principais impactos é a perda da biodiversidade. Quando uma das áreas florestais é desmatada, muitas espécies de animais e plantas perdem o seu *habitat* natural e podem até mesmo entrar em extinção, Deputado Jorge Vianna. Além disso, o desmatamento também contribui para o aumento da emissão de gás poluente na atmosfera, agravando o efeito estufa e o aquecimento global. Isso pode causar alteração climática, afetar o ecossistema e a saúde de toda a humanidade – não só a de nós brasileiros.

Esses são apenas alguns exemplos dos impactos negativos do desmatamento. É importante que medidas sejam tomadas para reduzir o desmatamento e proteger nossas florestas. Nós não

podemos ficar calados diante dessa situação. Precisamos agir e exigir, dos nossos líderes, todas as medidas concretas para proteger a nossa Amazônia.

Salvem a nossa Amazônia! Socorro! A nossa Amazônia precisa de socorro, e nós precisamos que os nossos governantes assumam a responsabilidade de cuidar da nossa Amazônia. Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Parabéns, Deputado Iolando, pelo excelente pronunciamento.

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sras. e Srs. Parlamentares, colegas servidores da Casa, colegas da imprensa, todos que estão assistindo a nós. Boa tarde, meu amigo Lippe Viana, que está aqui e é do meu partido, um correligionário; Odir; galera que está hoje aqui.

Eu queria anunciar, com muita alegria, que fui escolhido pela UNALE – União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, aqui do Brasil, como Presidente da Comissão de Saúde. A missão é a gente falar sobre saúde no Brasil inteiro, com todos os presidentes de comissões de saúde. Isso para mim é uma felicidade muito grande, porque fui escolhido, no meio de 27 Estados – com o nosso DF – para ser representante de todos esses presidentes e de todos esses parlamentares; para representar o segmento mais importante que nós temos, a saúde, porque o bem mais importante que nós temos é a vida. Por isso, nós temos que colocar a saúde, as políticas públicas de saúde como prioridade, mas prioridade de verdade.

Eu acredito que a escolha do meu nome para ser presidente, para presidir essa comissão, se deu muito pelas nossas lutas, pelos investimentos que nós fizemos na saúde do Distrito Federal. Afinal de contas, historicamente, nunca um Deputado colocou tantos recursos na saúde como eu. Foram 70% das emendas parlamentares, no primeiro mandato. Um recorde. Nós estamos divulgando isso porque a população precisa saber quem de fato prioriza a saúde. Ir às tribunas, Brasil afora, falar sobre saúde, que é o grande gargalo – seja na esfera municipal, estadual ou federal –, todos nós sabemos. Fazer políticas públicas, fazer investimentos, cobrar é o que falta.

Então, agradeço ao Presidente da Unale, e a toda a sua diretoria, por me dar essa missão. Podem ter certeza de que Brasília será sede de grandes encontros para a gente falar sobre a saúde nacional, porque os problemas são os mesmos, o enredo é o mesmo, só mudam os protagonistas – seja em Brasília, seja no Piauí, seja no Maranhão, seja no Rio Grande do Sul. O problema da saúde é nacional.

Nós vimos isso na pandemia. Não teve um estado que passou com tranquilidade pela pandemia. Todos tiveram problema com o abastecimento de equipamentos, medicamentos, profissionais – todos –, provando que o SUS – Sistema Único de Saúde está sucateado, um sucateamento de que nós falamos a vida toda. Muita gente ouvia, mas não sabia o que significava. É isto, como na pandemia, quando nós precisamos de outros países para comprar máscara – uma pandemia que mostrou que nós não temos condições de fazer equipamentos, respiradores; uma pandemia que mostrou o caos que é a saúde pública e como os trabalhadores da saúde vêm trabalhando nessas condições.

Inclusive, a categoria que mais apareceu, meu amigo Dedé Roriz, foi justamente a da enfermagem, por ser a maior categoria da saúde e por ser a categoria que mais teve impacto, inclusive com mortes. Os profissionais que mais morreram na pandemia foram os profissionais de enfermagem. E as condições em que eles estavam trabalhando foram mostradas para o mundo inteiro, envergonhando a saúde pública e, muitas vezes, privada deste País.

Então, é um trabalho duro, é um trabalho sério que eu vou ter de enfrentar, e peço o apoio, obviamente, dos nossos colegas Parlamentares aqui de Brasília, seja na esfera distrital, estadual, seja na federal, dos senadores, para que possamos fazer debates propositivos, debates firmes para mudarmos, de verdade, a saúde.

A saúde não é uma política isolada. A política da saúde depende das outras políticas. Eu não posso criar um hospital excelente numa região, com vários profissionais, com medicamentos, com equipamentos, se, ao lado, tem um esgoto a céu aberto; ao lado, tem a criminalidade; ao lado, falta escola; ao lado, falta segurança; falta transporte; e ao lado, vendem alimentos ricos em sal e açúcar. Ora, se a política está toda errada, como é que nós vamos querer que a saúde esteja certa? Essa equação não bate, essa conta não bate.

Então, quanto mais as políticas estão erradas, mais as pessoas adoecem. Não adianta eu colocar, Deputado Pastor Daniel de Castro, milhões e bilhões na saúde, sem eu ter essa política transversalizada nas nossas regiões. Ora, o que mais mata no Brasil...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Para terminar, o que mais mata no Brasil são as doenças circulatórias. Essas doenças circulatórias são causadas pelo sal e pelo açúcar que estão nos alimentos. Agora, eu duvido que o Congresso Nacional consiga tirar o sal e o açúcar dos alimentos, porque as empresas vão lá e falam: “Não, Deputado, espera aí, se você tirar o açúcar do refrigerante, o açúcar do biscoito, o sal aqui do negócio, a gente não vai vender mais”. Então, acabam mudando de ideia.

Lá na Argentina, o sal foi retirado dos alimentos. Em Buenos Aires, você come um bife, uma comida que não tem sal, porque lá os Parlamentares fizeram uma lei retirando o sal dos alimentos. Lá na Argentina! Aqui no país vizinho. E a gente não tem coragem de fazer isso.

Então, espere aí: você finge que me engana, e eu finjo que acredito. A gente está se ferrando aqui na saúde pública, enquanto os grandes empresários alimentícios estão vendendo essas porcarias para a gente, empurrando para as crianças, para a gente e tudo o mais. Aquele que tem dinheiro consegue fazer uma dieta saudável, e quem não tem vai comer o sal e o açúcar que são oferecidos para nós.

Então, nós temos que trabalhar isso na saúde, não é só ficar falando aqui dos problemas pontuais, o problema vai muito além. Por isso, eu, como Presidente da Comissão de Saúde nacional, vou defender esta tese: temos que tirar o sal e o açúcar dos alimentos.

Sr. Presidente, para finalizar, eu gostaria de fazer um alerta à Secretaria de Saúde. Hoje, eu recebi uma foto de profissionais do Hospital do Paranoá fazendo a marcação do seu registro eletrônico em uma fila imensa, porque só um ponto eletrônico estava funcionando. Assim como no Paranoá, vários outros hospitais, às vezes, só têm um ponto eletrônico funcionando, fazendo com que haja fila tanto para entrar quanto para sair. Peço à Secretaria de Saúde que faça uma reavaliação da quantidade de equipamentos de ponto eletrônico que nós temos na Secretaria de Saúde.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Obrigado, Deputado Jorge Vianna. Meus parabéns pela escolha da Unale, creio eu que não tinha pessoa mais preparada que V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amanhã é o Dia Internacional da Mulher, dia 8 de março. Eu queria, primeiramente, parabenizar todas as mulheres que estão neste plenário, todas as servidoras desta Casa, e dizer que amanhã a Câmara Legislativa fará uma homenagem às mulheres do Distrito Federal, Presidente, Deputado Wellington Luiz, com a nossa publicidade institucional.

A Câmara Legislativa vai fazer uma campanha durante o mês de março sobre o combate ao machismo no Distrito Federal. Amanhã, na televisão, nas rádios, nos jornais, nos *blogs*, nos painéis, nos *outdoors* da cidade, todos vocês vão ver essa campanha, que vai durar um ano.

Infelizmente, nós não temos muito o que comemorar neste Dia da Mulher. A quantidade de mães desempregadas no Distrito Federal, a quantidade de mulheres que não conseguem um emprego, a quantidade de mulheres que não conseguem entrar no mercado de trabalho, enfim, não tem muita coisa para comemorar, e ainda toda essa violência doméstica que as mulheres vêm sofrendo, a ponto de a gente ter aí, no início do ano, nesses dois meses praticamente, oito mulheres vítimas de feminicídio.

Então, nós vamos fazer essa campanha no mês de março, mas depois eu quero discutir, Presidente, com a Mesa Diretora da Casa, para que a campanha de combate ao machismo e de luta contra a violência doméstica no Distrito Federal seja permanente. Que esta Casa, Presidente, faça uma campanha permanente e não só essas campanhas sazonais, como a gente vai fazer agora no mês das mulheres.

Esse tema é muito sério. Todos os dias, somos surpreendidos com a violência, com o feminicídio, com uma agressão, e a Câmara faz um papel extremamente importante, que será essa publicidade institucional. Eu tive a oportunidade de ver as peças que as agências vão lançar a partir de amanhã em todos os veículos desta cidade e fiquei extremamente impressionado e comovido. Choca,

mas é preciso fazer esse debate com muita profundidade.

Então, está de parabéns V.Exa., Presidente. Está de parabéns a equipe de comunicação da Câmara Legislativa. Estão de parabéns as agências que construíram essa peça. E tenho certeza de que esse é um presente que a Câmara vai dar para as mulheres do Distrito Federal, que é entrar com muita força nessa luta, no combate à violência, no combate ao machismo, que infelizmente está impregnado em nossa sociedade e que precisamos mudar.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado pela oportunidade

(Assume a Presidência o Deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Ricardo Vale. Assumo a Presidência e parabenizo V.Exa., que está tocando a nossa publicidade, com competência ímpar.

A ideia, inclusive, é de os alvos agora serem os homens. V.Exa. foi extremamente feliz quando propôs isso. E que agora essa publicidade seja contínua. Não adianta a gente combater apenas em um mês. As mulheres estão sendo atacadas, lamentavelmente mortas, sendo vítimas de feminicídio todos os dias e todos os meses do ano, e a gente precisa reagir e reagir de uma forma muito dura.

V.Exa. é extremamente feliz quando propõe algo dessa natureza.

Muito obrigado e parabéns.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, eu vou falar daqui mesmo.

Primeiro, tem essa caixa aqui e tem outra aqui da Deputada Dayse Amarílio. Já que está sendo transmitido ao vivo, eu devo mostrar o que tem nesta caixa, porque, na época dos colares, brincos e relógios por aí, a gente precisa mostrar as coisas que recebe.

Este aqui foi um presente do Deputado Pastor Daniel de Castro. Portanto, aqui, na caixa, tem uma bíblia e, aqui, na caixa, não tem colar, não tem brinco, não tem aquele cavalo com as patas cortadas, não tem nada disso. Aqui é a palavra de Deus. Não tem nada de...

Presidente, dito isso, tenho uma questão muito importante que quero abordar na tarde de hoje. Está marcado para este plenário, na próxima quinta-feira, depois de amanhã, às 9h, o depoimento do ex-Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Sr. Anderson Torres. Nós pedimos ao Ministro Alexandre de Moraes que o liberasse. Os advogados do Sr. Anderson Torres entraram com uma ação pedindo que ele não compareça e, em caso de comparecimento, que fique calado. Nós agravamos o pedido ao ministro, e agora eu tenho a resposta da chefe de gabinete do ministro, que se reportou ao nosso Procurador, aqui da Casa.

Presidente, é importante a gente ressaltar a capacidade, a qualidade do nosso quadro de servidores. O nosso Rodrigo, que é o Procurador que está assessorando a CPI, até um mês antes, era juiz titular de uma comarca em Mato Grosso. Passou no concurso da Câmara, foi chamado e optou por vir assessorar a Câmara. Para a nossa felicidade, ele está nos assessorando e está assessorando muito bem. Portanto, ele, ao se reportar ao ministro... A chefe de gabinete do ministro acabou de responder, ela diz: "O andamento necessário vai ser feito". Eu acredito que "o andamento necessário" quer dizer que o Sr. Anderson Torres tem que comparecer aqui. Se ele vai falar, aí já é uma questão dele. Nós não podemos também pegar a língua dele e o obrigar a falar, mas que nós vamos fazer todas as perguntas, nós vamos. Todas as perguntas que a sociedade precisa saber.

Nós queremos saber do Sr. Anderson Torres por que ele se deslocou para os Estados Unidos e não passou o cargo para o Dr. Fernando de Souza Oliveira, que depôs, aqui, no primeiro depoimento – por sinal, um depoimento riquíssimo. O Deputado Pastor Daniel de Castro, que é advogado, viu o quanto aquele depoimento contribuiu.

Nós vamos chamar outras pessoas. Estamos chegando aos financiadores daqueles atos lamentáveis do dia 8 e do dia 12. Nós sabemos que tem um bocadinho de gente presa. O Deputado Pastor Daniel de Castro há pouco dava conta de uma cozinheira que talvez tenha embarcado no ônibus errado, mas nós queremos chegar, efetivamente, aos mandantes.

A democracia foi ameaçada. A verdade é que armaram um golpe. O golpe não deu certo. Nós queremos saber, dentro das forças policiais, quem estava envolvido. Por que mentiram dizendo que tinha seiscentos policiais, quando, naquela primeira barreira, não tinha nem vinte? Por que tudo isso? Não adianta dizer que o Comandante da Polícia Militar apanhou – até porque eu acho que ele nem

deveria ter estado lá no dia, deveria ter mandado a tropa. Se tivesse mandado o BPCÃES – Batalhão de Policiamento com Cães, se tivesse mandado a Tropa de Choque, se tivesse mandado o BOPE – Batalhão de Operações Especiais, todo mundo para lá, certamente, aquelas cenas lamentáveis que envergonharam o mundo inteiro não teriam acontecido.

Nós temos unidade nessa CPI. Não importa o partido das pessoas que a compõem. Elas são das mais variadas ideologias, mas, Deputado Pastor Daniel de Castro, nós vamos chegar aos mandantes, vamos chegar aos financiadores e vamos apontar para a sociedade quem são.

A vinda do Sr. Anderson Torres é indispensável. Faço um apelo ao Ministro Alexandre de Moraes: libere o Sr. Anderson Torres! Deixe-o aqui! Terá toda a segurança. Nós vamos estar aqui com o pessoal da Divisão de Operações Especiais da Polícia Civil do Distrito Federal, fazendo a segurança da Câmara Legislativa para o depoimento do Sr. Anderson Torres. Está tudo organizado.

Aquela reunião que eu tive com V.Exa., com o Deputado Hermeto e com Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal... Quero ressaltar a importância que está tendo, o papel que exerceu o Diretor-Geral da Polícia Civil ao nomear um delegado competente, sério, caladinho, no canto dele...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – ... mas que está fazendo as coisas de maneira exemplar.

Acho importante a gente pontuar tudo isso para dizer que essa CPI não vai terminar em *pizza*, porque eu, o Deputado Pastor Daniel de Castro, a Deputada Jaqueline Silva, o Deputado Hermeto, o Deputado Joaquim Roriz Neto e os demais não somos *pizzaiolos*. Nós não temos vocação para fazer *pizza*! E, sob o comando de V.Exa., como Presidente desta Casa, eu diria, Presidente Deputado Wellington Luiz, que, nessa atividade, nessa CPI, o Brasil inteiro está de olho em nós! Todos os holofotes estão voltados para nós.

Portanto, temos que fazer o nosso trabalho direito, sem perseguir ninguém, mas, efetivamente, mostrando a verdade, que é o que a sociedade espera de todos nós.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Parabéns, Deputado Chico Vigilante. Não tenho dúvida de que essa CPI trará resultados significativos e históricos, em comparação a todas as demais CPIs – CPIs, inclusive, que eu já cheguei a presidir. Acredito nos componentes da CPI, acredito nos meus colegas Parlamentares. A gente é testemunha do esforço que V.Exas. estão fazendo e, certamente, em breve, não só Brasília, mas o Brasil renderá homenagens a essa CPI, assinada por todos os Deputados, a primeira da história.

Então, boa sorte. Que Deus continue abençoando e iluminando os nossos Parlamentares. Sigam em frente, os obstáculos são muitos, os desafios também, mas eu não tenho dúvida de que, no final, seremos exitosos.

Parabéns, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, todas, todos e todes. Boa tarde, Presidente Deputado Wellington Luiz. Eu queria saudar quem acompanha a gente aqui pela *TV Câmara Distrital*.

Eu vim fazer uma fala sobre o que aconteceu em Ceilândia no último domingo. Eu não sou historiador, mas, para chegar a essa fala, quero fazer um recorte para as pessoas entenderem o processo histórico do que nós estamos tratando.

No período feudal – que tinha todo um processo de controle e subsistência da sua própria produção –, o comércio era controlado pelos próprios feudos. No século IX, surgiram os comércios livres, e o feudo dominava e não permitia que outros feudos pudessem adentrar seu processo.

Contudo, na crise econômica daquele feudo, da sua subsistência, começaram a produzir as monoculturas. Para resumir, um plantava trigo, mas não tinha o feijão. E, nessa crise, surgiu o que a gente conhece hoje como as feiras livres. E olhem só que coisa interessante – para quem não sabe, vou falar uma palavra, mas não é *merchandising* –: surgem, naquela época, os *carrefours*. *Carrefour*, em francês, é encruzilhada, é cruzamento. E era nesses cruzamentos, nessas encruzilhadas, nos *carrefours*, que os feudos se encontravam para fazer as trocas dos seus produtos.

Nesse resumo histórico, o que é que eu trago para a realidade de Brasília? Na construção desta cidade, havia a sua cidade livre, a sua feira livre – hoje, Núcleo Bandeirante, Placa da Mercedes. E,

com a construção da Capital e a expulsão do nosso povo trabalhador – que, depois, chamaram de invasor – para a Ceilândia, surge a nossa Feira do Rolo, ou Feira de Acari, Feira do Troca. Isso é um processo histórico da humanidade, em que eu produzo algo que posso trocar com alguém; ou, se eu não produzir, tem algo que me serve e eu passo para alguém.

O problema é que, historicamente, essas feiras livres são criminalizadas. E por que eu estou fazendo esse processo histórico para chegar a essa fala hoje? O que aconteceu na Feira do Rolo em Ceilândia foi porque, historicamente, as pessoas que atribuem à Feira do Rolo a ilegalidade, atribuem à Feira do Rolo produtos furtados, são as mesmas que não consideram, por exemplo, que, em aplicativos de venda e compra, também tem produtos ilegais e produtos que são roubados. É que é nesse espaço da feira livre, do resgate histórico da troca, que trabalhadores e trabalhadoras desempregados levam o seu produto, a sua manufatura para fazer renda.

O que aconteceu nesse domingo, senhoras e senhores, foi que o DF Legal foi lá e apreendeu o produto de uma senhora que produz doce, bolo, para tentar comercializar na feira. Não só o dela, mas o de tantas pessoas! A pessoa, dentro de uma cidade como o Distrito Federal... Eu quero trazer um dado, aqui, de fevereiro: são 255 mil pessoas desempregadas hoje na Capital do País. Houve um crescimento, no último mês, de 4,9%.

Nos nossos territórios, não empreendemos – que é a palavra bonita que o mercado gosta de atribuir para nós – por vocação. Empreendemos por necessidade, porque deu ruim. Perdemos renda, perdemos emprego, não tem para onde sair, e eu sou obrigado a produzir algo – uma receita da minha avó, da minha mãe, alguma coisa que eu aprendi na internet, ou algo que eu sei fazer. E eu só tenho, no domingo, um espaço para eu poder tentar pagar minhas contas.

O Estado, em vez de acolher, em vez de capacitar essas pessoas, cadastrá-las, ou, de repente, incentivá-las a voltar para um curso profissionalizante para que possam ingressar no mercado de trabalho... Ou, mesmo que elas queiram insistir naquela profissão, naquele negócio que elas aprenderam, e descobriram ali um talento, que elas possam ter um crédito do BRB – Banco de Brasília, para poder subsidiar uma máquina melhor que produza um produto melhor, com qualidade, a fim de que ele possa ser comercializado. Infelizmente, a gente não tem esse tipo de Estado.

O que a gente tem é um Estado que espera a pessoa acordar cedo, produzir seus bolos, se arriscar no transporte público, ir para uma feira, montar uma banca e ter o seu produto tomado. Desculpe a palavra neste Parlamento, mas isso é sacanagem, porque a mulher, desesperada, não sabe mais o que fazer, esgotou a sua capacidade e possibilidade de renda.

Faço esta fala para chamar a atenção: está na hora de a gente começar a enxergar outros processos de capacitação e de vocação para empregabilidade no Distrito Federal. Duzentos e cinquenta mil famílias, pessoas que não têm renda, vão se virar. Ou vão se submeter aos absurdos dos aplicativos, que também não dão garantias, não dão qualidade de trabalho – trabalham dezoito horas por dia para poder fazer a sua diária; eles botam a meta, na cabeça, de 150 reais por dia –, ou vão tentar produzir algo.

Eu não estou dizendo que não tenha ilegalidade nas feiras, Deputado Wellington Luiz.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – A gente sabe que pode acontecer. Mas, se o DF Legal quer tentar seguir o seu padrão, por que ele não acorda mais cedo, vai para a feira e impede que a pessoa monte o seu produto antes de ser tomado? Que a pessoa visualize que tem o DF Legal ali e diga: "Opa, vou fugir, neste momento, desse rapa. Vou para outro lugar." Mas não! O Estado permite que as pessoas montem, tentem comercializar e, depois, sejam criminalizadas. Aí, sim: tratam o trabalhador e a trabalhadora que estão buscando sua fonte de renda como uma criminoso e um criminoso, e isso a gente não pode permitir.

Quería fazer esse registro, saudando todos aqueles e todas aquelas que acordam cedo, que tentam buscar sua renda, que tentam fazer o seu dinheiro.

Digo mais: nós fizemos a concessão da área do Mané Garrincha, que impedem os ambulantes de acessar – eles têm que ficar de fora. Agora, eles não podem ficar perto do estádio, que custou 1 bilhão do nosso bolso. Agora, se eu quiser fazer qualquer coisa lá, tenho que pagar o estacionamento para entrar. Gente, isto é surreal: eu desembolsar 1 bilhão para construir um equipamento que eu não posso acessar depois. E expulsar ainda mais aquele que está buscando a renda para tentar acertar.

Nós temos que ajustar isso na cidade, porque nós não podemos permitir que haja esse tanto de gente desempregada e deixar de dar condição de trabalho digno para as pessoas, para que elas

possam buscar renda. Fica aqui o nosso registro.

Mais uma vez, obrigado!

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Mais uma vez, Deputado e Professor Max Maciel, parabéns pelas palavras. Deputado Max Maciel, quero aqui apresentar minha solidariedade. Eu sou filho de família muito pobre. Comecei a trabalhar aos 7 anos de idade, vendendo pano de prato em feiras. Ou era assim, ou a gente não comia. É muito difícil dizer para um pai ou uma mãe que não pode prover o seu sustento dentro daquilo que tem – porque não tem emprego para todos, infelizmente.

A gente vive em um País onde prevalece o desemprego. V.Exa. traz números aqui que, realmente, nos incomodam – como seres humanos, como cidadãos e como políticos. Aquelas pessoas estão lá trabalhando. Acho que a fiscalização tem que ser em cima daqueles que estão cometendo ilícitos – e não é o caso deles.

Então, Deputado Max Maciel, quero apresentar a minha solidariedade e dizer que nós precisamos, realmente, apresentar uma solução e deixar que quem quer trabalhar trabalhe em paz. Porque não é possível! O que é que é para fazer? É para deixar os filhos morrerem de fome? Ou é para roubar? Qual que é a alternativa, então, para essas famílias que não têm opção? V.Exa. é muito feliz quando traz um tema como esse para esta Casa.

Nós não podemos perseguir os trabalhadores. Eu fiz isto: trabalhei desde os 7 anos; não tive problema de trabalho escravo; estudei na universidade pública. Então, nada me prejudicou. Adoro meus pais, porque me ensinaram a trabalhar. E me incomoda quando o Estado impede as pessoas de ganharem o seu pão. Aí, realmente, é lamentável – viu, Deputado? – quando algo dessa forma tem que ser trazido ao Parlamento para que se possam defender aqueles que não têm defesa.

A gente lamenta muito, mas conte comigo. Tenho certeza de que V.Exa. pode contar com todos os Deputados desta Casa, porque nós precisamos encontrar uma solução, um mecanismo para que essas pessoas possam vender o que é seu, ou então tem que ter trabalho para todo mundo. Tem que ter emprego. Não tendo, as pessoas precisam trabalhar.

Parabéns, Deputado, mais uma vez, pelas suas palavras e por trazer um tema tão importante como esse.

Muito obrigado.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. É só para, de igual modo, me solidarizar com esses pequenos empreendedores que foram vítimas da atuação estatal nesse final de semana.

Quero me solidarizar com eles, subscrever as suas palavras e dizer que, infelizmente, aconteceu isso no final de semana. É um acontecimento infeliz, mas, por outro lado, eu fico contente que tal acontecimento tenha tocado tão fundo no nosso Deputado Max Maciel, Deputado do PSOL – Partido Socialismo e Liberdade, e que ele tenha vindo aqui falar contra a atividade estatal e a favor da livre iniciativa do trabalho e do empreendedorismo.

Essa legislatura promete. Nós vamos entregar muito para o Distrito Federal.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Thiago Manzoni. Não tenho a menor dúvida, independentemente de questões partidárias ou ideológicas, nós temos que trabalhar em defesa daqueles que mais precisam. Isso é o que mais nos honra.

Pergunto aos Líderes se há acordo para superarmos o sobrestamento decorrente dos vetos, itens nº 1 a nº 196, e apreciarmos as demais matérias constantes na Ordem do Dia e os itens da extrapauta. (Pausa.)

Não há manifestação contrária.

Encerramos os Comunicados de Parlamentares.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O Expediente lido vai a publicação.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Conforme acordado no Colégio de Líderes, vamos votar os projetos de autoria dos Deputados em homenagem à Semana da Mulher. Esse acordo aconteceu na reunião do dia 27 de fevereiro.

Item nº 198:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.949/2022, de autoria da Deputada Jaqueline Silva, que "Institui o "Agosto Lilás" como mês de proteção à mulher, a ser dedicado à conscientização pelo fim da violência contra a mulher no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências".

A proposição não recebeu parecer das comissões. A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, Deputado Fábio Felix, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao Relator, Deputado Fábio Felix, que emita parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar sobre a matéria.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar ao Projeto de Lei nº 2.949/2022, de autoria da Deputada Jaqueline Silva, que "Institui o "Agosto Lilás" como mês de proteção à mulher, a ser dedicado à conscientização pelo fim da violência contra a mulher no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências".

O nosso parecer é pela aprovação na forma do substitutivo no âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar.

É o voto, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Thiago Manzoni, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao Relator, Deputado Thiago Manzoni, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 2.949/2022, de autoria da Deputada Jaqueline Silva, que "institui o "Agosto Lilás" como mês de proteção à mulher, a ser dedicado à conscientização pelo fim da violência contra a mulher no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências".

Eu vou ler brevemente o substitutivo, Sr. Presidente, e, na sequência, o voto. (Pausa.)

Sr. Presidente, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça é no sentido de admitir o projeto com sua emenda substitutiva.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Thiago Manzoni.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.) – Eu quero pedir ao Deputado Thiago Manzoni que proceda à leitura da emenda substitutiva.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao nobre Deputado Thiago Manzoni, a pedido do Deputado Chico Vigilante, que faça a leitura da emenda substitutiva.

Passo a Presidência ao Deputado Ricardo Vale.

(Assume a Presidência o Deputado Ricardo Vale.)

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Emenda ao Projeto de Lei nº 2.949/2022, que “Institui o “Agosto Lilás” como mês de proteção à mulher, a ser dedicado à conscientização pelo fim da violência contra a mulher no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências”.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º Fica instituída e incluída no Calendário Oficial de Datas e Eventos do Distrito Federal a campanha “Agosto Lilás”, dedicada à conscientização e à sensibilização da população quanto à importância do combate à violência contra a mulher.

Parágrafo único. O símbolo da campanha aludida no *caput* deste artigo será um laço na cor lilás.

Art. 2º A campanha “Agosto Lilás” tem como objetivos:

I - orientar e difundir as medidas preventivas e repressivas que podem ser adotadas, judicial e administrativamente, bem como sobre os órgãos e entidades envolvidos, redes de suporte disponíveis, e os canais de comunicação existentes;

II - promover debates e outros eventos sobre as políticas públicas de atenção integral às mulheres em situação de violência;

III - apoiar, ainda que tecnicamente, as atividades organizadas e desenvolvidas pela sociedade com o intuito de prevenir, combater e enfrentar os diferentes tipos de violência contra a mulher;

IV – visibilizar outras medidas que se proponham a esclarecer e sensibilizar a sociedade e estimular ações preventivas e campanhas educativas, inclusive para difundir como cada um pode contribuir para o fim da violência contra a mulher.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Deputado Chico Vigilante, está satisfeito?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho que todos nós aqui estamos satisfeitos. Vamos votar sabendo efetivamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Passemos à leitura do item nº 199.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu conversei com a Deputada Jaqueline Silva, autora da proposição, no início da sessão, e nós havíamos combinado retirar o projeto de pauta para rediscutir alguns artigos e, eventualmente, fazer uma ou outra adequação. (Pausa.)

Já tem o substitutivo. Perdão, Sr. Presidente. Está tudo em ordem. Vamos em frente. Ele tem o substitutivo do Deputado Iolando.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Item nº 199:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.776/2022, de autoria da Deputada Jaqueline Silva, que “Dispõe sobre o Programa Distrital de Enfrentamento ao Assédio e à Violência Política Contra a Mulher”.

A proposição não recebeu o parecer das comissões. A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, Deputado Fábio Felix, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Solicito ao Relator, Deputado Fábio Felix, que emita parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar sobre a matéria.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar ao Projeto de Lei nº 2.776/2022, de autoria da Deputada Jaqueline Silva, que “Dispõe sobre o Programa Distrital de Enfrentamento ao Assédio à Violência Política Contra a Mulher”.

Somos pela aprovação, no mérito, do Projeto de Lei nº 2.776/2022, no âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, na forma do substitutivo apresentado pelo Deputado Iolando.

É esse o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria. (Pausa.)

Na sua ausência, solicito à Deputada Paula Belmonte que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria. (Pausa.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Solicito à Relatora, Deputada Paula Belmonte, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 2.776/2022, de autoria da Deputada Jaqueline Silva, que “Dispõe sobre o Programa Distrital de Enfrentamento ao Assédio e à Violência Política Contra a Mulher”.

A proposição apresenta diretriz para o desenvolvimento de políticas públicas para

enfrentamento da violência política contra a mulher.

O projeto não gera despesa ao Distrito Federal, razão pela qual votamos pela sua admissibilidade com a Emenda nº 1.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu acho importante nós lermos o parecer aqui porque são coisas que dão impacto a...

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE – O senhor vai ler? Então, pronto, o Deputado Thiago Manzoni vai ler.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Thiago Manzoni, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

Sr. Presidente, eu indago se há a necessidade de ler o substitutivo que vai ser aprovado ou se posso passar diretamente ao voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Se algum Deputado solicitá-lo... Acho que não há necessidade. Vá direto ao voto.

Solicito ao Relator, Deputado Thiago Manzoni, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 2.776/2022, de autoria da Deputada Jaqueline Silva, que "Dispõe sobre o Programa Distrital de Enfrentamento ao Assédio e à Violência Política Contra a Mulher".

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça é no sentido de admitir a proposição nos termos do seu substitutivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 2.776/2022, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 200:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.788/2022, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "Dispõe sobre a prioridade de exames de mamografias em mulheres com idade a partir de 40 anos, com histórico familiar de câncer de mama e ou nódulos, em toda a rede de saúde pública do Distrito Federal".

Projeto aprovado com parecer favorável na CESC – Comissão de Educação, Saúde e Cultura. A CAS – Comissão de Assuntos Sociais, a CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito à Relatora, Deputada Dayse Amarilio, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:

[\(Parecer nº 2 da CAS ao Projeto de Lei nº 2.788/2022.\)](#)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria. (Pausa.)

Na sua ausência, a Presidência designa a Deputada Jaqueline Silva para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Jaqueline Silva, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (AGIR. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 2.788/2022, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "dispõe sobre a prioridade de exames de mamografias em mulheres com idade a partir de 40 anos, com histórico familiar de câncer de mama e ou nódulos, em toda a rede de saúde pública do Distrito Federal".

O projeto não gera despesas para o Distrito Federal, razão pela qual votamos pela sua admissibilidade.

É o nosso parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Thiago Manzoni, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Solicito ao Relator, Deputado Thiago Manzoni, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 2.788/2022, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "dispõe sobre a prioridade de exames de mamografias em mulheres com idade a partir de 40 anos, com histórico familiar de câncer de mama e ou nódulos, em toda a rede de saúde pública do Distrito Federal".

O parecer da CCJ é no sentido de admitir a proposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 2.788/2022, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 201:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.908/2022, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade quanto ao acompanhamento por profissional de saúde do sexo feminino durante a realização de exames ou procedimentos que utilizem de sedação ou anestesia que induzam a inconsciência do paciente e à presença de acompanhante durante os exames sensíveis".

Aprovado o parecer favorável da CESC. A CAS, a CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito à Presidente da CAS, Deputada Dayse Amarílio, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria. (Pausa.)

Informo que o projeto já foi aprovado na CAS.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria. (Pausa.)

Solicito à Deputada Paula Belmonte que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Solicito à Relatora, Deputada Paula Belmonte, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 2.908/2022, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade quanto ao acompanhamento por profissional de saúde do sexo feminino durante a realização de exames ou procedimentos que utilizem de sedação ou anestesia que induzam a inconsciência do paciente e à presença de acompanhante durante os exames sensíveis".

O projeto de lei estabelece, obrigatoriamente, o acompanhamento por profissionais de saúde do sexo feminino durante a realização de exames ou procedimentos que utilizem sedação ou anestesia que induza a inconsciência da paciente. Permite a presença de acompanhante da escolha da mulher durante os exames, independente do sexo ou gênero.

O projeto não gera despesa ao Distrito Federal, razão pela qual votamos pela sua admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero aqui falar da importância desse projeto. Sobre esse

projeto, estive aqui falando, algumas vezes. Falei no dia em que ele foi aprovado na CAS e aqui, na tribuna.

Nós tivemos, no passado, uma situação que foi lamentável. Eu, como mãe de seis filhos, sei da importância de todas nós, mulheres, termos a oportunidade de ter e gerar um filho. O momento do nascimento desse filho é um momento sagrado para nós mulheres.

Eu registro aqui a sensibilidade do Deputado Robério Negreiros, a sensibilidade do Deputado Martins Machado, que foi relator do projeto na CAS, e a da nossa Presidente. Por quê? Porque isso traz uma segurança para nós mulheres – que, muitas das vezes, ficamos ali vulneráveis, em um momento de anestesia – de que estaremos sendo respeitadas, o nosso corpo estará sendo respeitado.

Então, acho que é muito significativa – falei isso no dia – a aprovação desse projeto um dia antes do Dia Internacional da Mulher. Que esse projeto seja votado para a sanção pelo governador, porque ele será um marco para todas nós, mulheres.

Hoje, já conseguimos a autorização para que sejamos acompanhadas no momento do parto. Que nesse momento de vulnerabilidade física tenhamos também a guarnição do nosso corpo. Isso, sim, faz com que sejamos donas do nosso corpo.

Cenas chocantes foram feitas por um anestesista. Que esse projeto venha responder a isso e trazer a transformação, principalmente, do que significa o Parlamento, a representação da sociedade. Sinto-me muito bem representada com a aprovação desse projeto.

Muito grata, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Thiago Manzoni, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Sr. Presidente, designo o Deputado Iolando.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Solicito ao Relator, Deputado Iolando, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 2.908/2022, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade quanto ao acompanhamento por profissional de saúde do sexo feminino durante a realização de exames ou procedimentos que utilizem de sedação ou anestesia que induzam a inconsciência do paciente e à presença de acompanhante durante os exames sensíveis”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, nós somos pela admissibilidade, na forma original do projeto de lei.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 2.908/2022, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 202:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 103/2023, de autoria do Deputado Gabriel Magno, que "Altera a Lei nº 6.713, de 10 de novembro de 2020, para implementar protocolo de segurança de prevenção, detecção e encaminhamento em situações de potenciais crimes contra a mulher", em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 106/2023, de autoria do Poder Executivo, que "Institui o Protocolo Por Todas Elas para prevenção e atuação imediata de apoio a vítimas de violência, assédio ou importunação de cunho sexual em estabelecimentos de lazer e entretenimento e cria o Selo Todos Por Elas".

A proposição não recebeu parecer das comissões. Foi apresentada uma emenda de plenário. A Comissão de Direitos Humanos e a CCJ deverão se manifestar sobre os projetos e a emenda.

Solicito ao Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, Deputado Fábio Felix, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Solicito ao Relator, Deputado Fábio Felix, que emita parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar sobre a matéria.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar ao Projeto de Lei nº 103/2023, de autoria do Deputado Gabriel Magno, que "Altera a Lei nº 6.713, de 10 de novembro de 2020, para implementar protocolo de segurança de prevenção, detecção e encaminhamento em situações de potenciais crimes contra a mulher", em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 106/2023, de autoria do Poder Executivo, que "Institui o Protocolo Por Todas Elas para prevenção e atuação imediata de apoio a vítimas de violência, assédio ou importunação de cunho sexual em estabelecimentos de lazer e entretenimento e cria o Selo Todos Por Elas".

Sr. Presidente, é importante dizer que a esse projeto do Deputado Gabriel Magno foi apensado um projeto do governo, que é o Projeto de Lei nº 106/2023, lido anteriormente.

Primeiro, quero registrar que são projetos meritórios, porque eles tentam buscar medidas que possam enfrentar a violência contra a mulher em um segmento de estabelecimentos, no caso aqui, os comerciais.

Foi apresentada uma emenda substitutiva em plenário.

Como a nossa comissão trata do mérito, no mérito somos pela aprovação dos dois projetos, o Projeto de Lei nº 103/2023 e o Projeto de Lei nº 106/2023, apensado, na forma do substitutivo.

É o parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Thiago Manzoni, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Solicito ao Relator, Deputado Thiago Manzoni, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 103/2023, de autoria do Deputado Gabriel Magno, que “Altera a Lei nº 6.713, de 10 de novembro de 2020, para implementar protocolo de segurança de prevenção, detecção e encaminhamento em situações de potenciais crimes contra a mulher”, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 106/2023, de autoria do Poder Executivo, que “Institui o Protocolo Por Todas Elas para prevenção e atuação imediata de apoio a vítimas de violência, assédio ou importunação de cunho sexual em estabelecimentos de lazer e entretenimento e cria o Selo Todos Por Elas”.

Sr. Presidente, tomando como base o parecer emitido pelo Deputado Fábio Felix, eu gostaria de salientar que o parecer da CCJ é pela admissibilidade, nos termos da emenda substitutiva do Deputado Gabriel Magno.

Eu gostaria só de ressaltar que a emenda substitutiva acolheu a emenda supressiva efetuada pelo Deputado Robério Negreiros. Então, a emenda foi acolhida pela emenda substitutiva, que está sendo aprovada, neste ato, na CCJ.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Fica registrado.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 103/2023, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 106/2023, em primeiro turno.

Concedo a palavra ao Deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, agradeço ao Deputado Fábio Felix e ao Deputado Thiago Manzoni pelo parecer.

Nós conversamos, no início da sessão plenária, com a ABRASEL – Associação Brasileira de Bares e Restaurantes e com o próprio governo. Pactuamos que votaríamos o projeto, em primeiro turno, hoje, nos termos do substitutivo, porque a própria Abrasel está sugerindo outras emendas.

Então, votaríamos no plenário o projeto em primeiro turno e teríamos tempo, entre a votação do projeto em primeiro turno e em segundo turno, de avaliar as emendas que a Abrasel tem. A gente avalia, depois também, com os Parlamentares, com o próprio governo, como é que a gente procede.

Eu só queria deixar registrado que a gente fez esse acordo, no início, de votação do projeto em primeiro turno, na forma do substitutivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Dayse Amarílio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para discutir. Sem revisão da oradora.) –Presidente, eu só queria colocar uma questão: o projeto que veio do governo com o protocolo Todos por Elas, que é Projeto de Lei nº 106/2023, tinha inicialmente passado pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e pela Comissão de Assuntos Sociais.

Eu não sei se tem alguma relevância trazer isso aqui, para que, lá na frente, a gente não tenha nenhum problema em relação a esse pensamento. (Pausa.)

Só a tramitação mesmo.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Na tramitação, tem preferência o projeto principal.

Continua em discussão o projeto.

Concedo a palavra ao Deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para discutir. Sem revisão do orador.) –Presidente, esse é um tema que muito afeta o setor produtivo. Eu teria uma série de observações a fazer na discussão meritória do processo; mas, em face do que consignou aqui o Deputado Gabriel Magno, de que ouviu

com atenção as demandas do setor produtivo e vai levá-las à discussão no segundo turno, aguardo para fazer a discussão no segundo turno.

Eu gostaria só de fazer essa ressalva, porque a matéria é muito importante para o setor produtivo e merece discussão.

Obrigado.

DEPUTADO IOLANDO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer menção à ação da nossa nobre Governadora em exercício Celina Leão. Hoje pela manhã ela assinou a convocação de 2.953 servidores. Dentre esses, 1.861 servidores são monitores de gestão educacional.

Nós, no ano passado, na gestão anterior, subimos a tribuna diversas vezes para reivindicar atitude do governador à época, o Governador Ibaneis, para convocar os monitores de gestão educacional para atender às nossas crianças de ensino especial, uma vez que os professores têm uma função pedagógica, mas a função educacional é de atribuição direta dos nossos monitores.

Hoje pela manhã, a nossa nobre governadora teve a honra de convocar 1.861 monitores, o que, para nós, é uma alegria muito grande. O segmento da pessoa com deficiência do Distrito Federal agradece.

Praticamente todas as mais de setecentas escolas que existem são inclusivas. Há treze centros de ensino especiais que agora serão atendidos por essa convocação da Governadora em exercício Celina Leão.

Muito obrigado, Presidente, por esta oportunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Deputado Iolando.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Os projetos estão aprovados, em primeiro turno, na forma do substitutivo, com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 203:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 2/2023, de autoria do Deputado Gabriel Magno, que “Altera a Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, para garantir afastamento às servidoras vítimas de violência doméstica e familiar”.

A proposição não recebeu parecer. A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, a CAS, a CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, Deputado Fábio Felix, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Solicito ao Relator, Deputado Fábio Felix, que emita parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar sobre a matéria.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar ao Projeto de Lei Complementar nº 2/2023, de autoria do Deputado Gabriel Magno, que “Altera a Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, para garantir afastamento às servidoras vítimas de violência doméstica e familiar”.

O presente projeto tem o condão de seguir a mesma razão já disposta no art. 9º da Consolidação das Leis do Trabalho, que firma a garantia de afastamento com permanência do vínculo

trabalhista às mulheres empregadas vítimas de violência doméstica ou familiar.

Portanto, trata-se, na verdade, de garantia da defesa do direito fundamental à vida e à integridade física e psicológica das trabalhadoras. No caso aqui, das servidoras.

Pelo exposto, somos pela aprovação, no mérito, do PLC nº 2/2023, no âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Solicito à Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Deputada Dayse Amarílio, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Solicito à Relatora, Deputada Dayse Amarílio, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei Complementar nº 2/2023, de autoria do Deputado Gabriel Magno, que "Altera a Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, para garantir afastamento às servidoras vítimas de violência doméstica e familiar".

O PLC inclui, na Lei Complementar nº 840, artigo segundo o qual a administração pública deve assegurar à servidora vítima de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica, afastamento por até seis meses, quando amparada por medida protetiva.

A questão tem muito mérito. No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, votamos pela aprovação em razão do mérito, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Jorge Vianna para emitir parecer sobre a matéria.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, temos um parecer da CEOF e entendemos o mérito desse projeto.

Eu, como mulher, infelizmente, sei do aumento da violência doméstica; mas esse projeto tem um grande impacto orçamentário. Precisamos de mais tempo na CEOF para fazer o parecer e analisar o projeto.

Peço que o projeto não seja apreciado hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Consulto o autor da proposição sobre se há acordo para retirá-lo de pauta.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu tinha conversado inicialmente com o Presidente da CCJ, Deputado Thiago Manzoni. O debate já foi feito nas comissões de mérito.

Digo à Deputada Paula Belmonte que nosso entendimento é que se retire o projeto de pauta para ter tempo de conversar não somente com as assessorias, mas também com os outros Parlamentares. Primeiro deve haver um entendimento no debate da CCJ quanto à questão da iniciativa.

Nossa assessoria tem colocado que o PLC nº 2/2023 trata, na verdade, de norma de proteção dos direitos da servidora vítima de violência. Portanto, não se enquadraria no vício de iniciativa de ser do Poder Executivo, como prevê, inclusive, o art. 24 da Constituição Federal. Nosso entendimento é esse.

Percebo a necessidade de a gente conversar e aprofundar esse debate.

Solicito que o projeto seja retirado de pauta.

Registro que faremos um requerimento à própria SELEG – Secretaria Legislativa para trocar, conforme o acordo com os Líderes, a indicação de dois projetos. A gente retira o PLC nº 2/2023 e inclui na pauta para as próximas sessões o PL nº 95/2023, de minha autoria.

Depois a gente conversa com a Deputada Paula Belmonte e com o Deputado Thiago Manzoni a fim de chegar a um entendimento para a gente poder votar em plenário.

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Acato a solicitação de V.Exa. Está retirado da pauta.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero deixar claro que nós estamos aqui falando pela CEOF, que trata do impacto orçamentário. O Presidente da CCJ pode falar sobre a questão da constitucionalidade.

Só para deixar claro, Deputado Gabriel Magno, que nós temos que também verificar a questão do impacto orçamentário. Sabemos da importância desse projeto, mas, no caso aqui, estamos falando pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Entendo o questionamento da Deputada Paula Belmonte, mas acho importante deixar nítida a questão da garantia do direito.

Vou citar aqui o art. 9º da Lei Maria da Penha, que estabelece: “A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção e emergencialmente, quando for o caso.

§ 2º - O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica:

II - manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.”

É nessa concepção, mas eu entendo que devemos fazer depois esse debate com mais tempo tanto na CEOF, com relação à questão do impacto financeiro, como também na CCJ, do ponto de vista da legalidade.

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Passamos para o próximo item.

Item nº 204. O Deputado Hermeto não se encontra.

Item nº 205. O Deputado Eduardo Pedrosa não se encontra.

Item nº 206. O Deputado Eduardo Pedrosa não se encontra.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito que altere o item nº 211. Troque pelo Projeto de Lei nº 177/2023, referente às mulheres e lido hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Deputado, acato solicitação de V.Exa. Amanhã estará na pauta.

DEPUTADO IOLANDO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de fato esse projeto ainda precisa de discussão. Solicito a V.Exa. que substitua esse projeto por outro. Eu tinha um projeto de minha autoria alusivo às mulheres, mas eu também tenho outro projeto destinado à área da saúde, que é o 222.

Solicito a substituição do 207 pelo 222. Eu não tenho nenhum projeto aprovado hoje ainda.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Acato a solicitação do Deputado Iolando. Solicito o envio do memorando à CCJ para amanhã estar em pauta.

DEPUTADO IOLANDO – Sr. Presidente, ele já está na Ordem do Dia. É o item nº 222. Eu só quero substituir. Eu conversei com o Deputado Wellington Luiz...

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Tranquilo. Ok. Vamos seguir a ordem aqui.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Só para deixar registrada e nítida a minha fala anterior. Nós retiramos o Projeto de Lei Complementar nº 2/2023 e incluímos na pauta de amanhã o Projeto de Lei nº 95/2023. Só para deixar nítido o registro aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Alerto que o projeto...

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – É também sobre o tema das mulheres, conforme acordo no Colégio de Líderes.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Item nº 208:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.062/2022, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "Dispõe sobre a concessão de benefício de proteção socioeconômica temporária às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar que vivem em situação de vulnerabilidade no Distrito Federal e dá outras providências".

A proposição não recebeu parecer das comissões. A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar; a Comissão de Assuntos Sociais; a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, Deputado Fábio Felix, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Solicito ao Relator, Deputado Fábio Felix, que emita parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar sobre a matéria.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar ao Projeto de Lei nº 3.062/2022, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "Dispõe sobre a concessão de benefício de proteção socioeconômica temporária às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar que vivem em situação de vulnerabilidade no Distrito Federal e dá outras providências".

A proposição tem a finalidade de analisar o disposto no Projeto de Lei nº 3.062/2022, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que dispõe sobre os termos já lidos. O presente projeto visa amparar e proteger as vítimas de violência doméstica em todo o Distrito Federal.

Nesse contexto cumpre destacar que, como constitucionalmente estipulado, há de se ter proteção do Estado à família, assegurando a devida assistência e coibindo a violência em todas as suas

formas na esfera de suas relações.

Nesse mesmo contexto legal, tem-se também como forma garantidora a Lei Maria da Penha, a Lei Federal nº 11.340/2006, que cria política pública para coibir a violência doméstica familiar contra a mulher, sabendo também da importância da inclusão de novos benefícios no Sistema Único de Assistência Social.

Pelo exposto, Sr. Presidente, somos pela aprovação no mérito do Projeto de Lei nº 3.062/2022, no âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar.

É esse o voto, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Solicito à Deputada Paula Belmonte que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o Deputado Jorge Vianna já é o Relator; mas eu quero só fazer a observação de que esse projeto também gera despesas. Eu vejo que temos de ter um relatório da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças para que a gente possa votar.

Então, fica a critério do Deputado Jorge Vianna.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Solicito ao Relator, Deputado Jorge Vianna, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 3.062/2022, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "Dispõe sobre a concessão de benefício de proteção socioeconômica temporária às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar que vivem em situação de vulnerabilidade no Distrito Federal e dá outras providências".

A proposta de lei dispõe sobre a concessão de benefícios de proteção socioeconômica temporária às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar que vivem em situação de vulnerabilidade no Distrito Federal, por meio de auxílio temporário pago pelo período de até seis meses, quando necessário o afastamento do local de trabalho.

O projeto não recebeu nenhuma emenda, a proposta dependerá da regulamentação do Poder Executivo, quando definir o valor do benefício.

Por isso, no âmbito da CEOF, voto pela admissibilidade e aprovação do Projeto de Lei nº 3.062/2022.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra a Deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Eu quero registrar aqui o meu voto. Eu entendo o mérito do projeto, quero aqui até dizer ao Relator, mas eu vejo que nós precisamos mostrar o impacto orçamentário. A CEOF não está mostrando o impacto orçamentário desse projeto. O parecer não traz isso. Eu gostaria de pedir para que esse projeto fosse discutido na CEOF.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu acho que é só verificar o art. 5º, que diz o seguinte: "As despesas decorrentes do pagamento de benefícios de proteção socioeconômica temporária correrão por conta de dotação orçamentária própria ou suplementar, se necessário".

Portanto, estamos sendo claros. Estamos dizendo ao Executivo que nós estamos aprovando uma lei e, como o benefício é temporário, não há como estipular um valor. É o Executivo que vai regulamentar, que vai dizer aquele valor temporário e que vai pagar. É uma maneira inteligente de se fazer as coisas nesta Casa e não cair na malha da Justiça, que é nossa vizinha.

Hoje, a Justiça derrubou o projeto dos servidores da CEB, que foi votado nesta Casa, dizendo que havia vício de iniciativa e que, se o governador o fizer, os senhores desembargadores aceitam.

É isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu compreendo isso que o Deputado Chico Vigilante disse.

Eu estou dizendo que há mérito, que o caso de uma pessoa que sofre violência doméstica realmente precisa ser visto com muito cuidado, com muito carinho; mas eu estou falando que nós, como Parlamento, e eu, como membro da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, temos que ter responsabilidade aqui. Nós estamos gerando uma despesa, e alguém vai pagar essa conta, que não foi gerada ainda pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Então, o que estou pedindo aqui é que a gente possa ter prazo para analisar essa proposição dentro da comissão. É esse o nosso pedido.

A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças não está questionando aqui o mérito do projeto, está questionando o impacto orçamentário, e o Relator não me trouxe esse impacto. Precisamos fazer uma discussão. É só isso que estou pedindo.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Deputada Paula Belmonte, V.Exa. tem o direito de pedir vista do parecer.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Eu peço vista, Sr. Presidente, do parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Está concedido o pedido de vista.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Muito grata.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Deputada Paula Belmonte, pedido de vista por quanto tempo?

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Sr. Presidente, há alguém aqui da consultoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças?

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Até amanhã?

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Amanhã, eu quero que... A consultoria tem que me passar esse impacto orçamentário. Eu não posso fazer uma coisa sem ouvir...

Quem dos servidores da CEOF está aqui. Ou o relator ou o autor, se um deles puder fazer isso para a gente, a gente vota a matéria amanhã. Não há problema nenhum, mas eu acho que isso é importante.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Está concedido um prazo até amanhã, Deputada.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Ok. Então, o relator ou o autor pode passar isso para a gente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Item nº 209:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.064/2022, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "Institui a Política Distrital de Reeducação Reflexiva dos Autores de Violência Doméstica e Familiar".

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou pedindo a retirada de tramitação desse projeto, porque nós verificamos que já existe uma lei, mais ou menos, com esse teor.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Ok. Acatado. Está retirado de pauta o projeto referente ao item nº 209.

Item nº 210:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.999/2022, de autoria do Deputado Jorge Vianna, que "Institui no Distrito Federal o Programa de Atenção à Saúde da Mulher no Climatério e na Menopausa".

A proposição não recebeu parecer das comissões. A Comissão de Educação, Saúde e Cultura e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, Deputado Gabriel Magno, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Solicito ao Relator, Deputado Gabriel Magno, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a matéria.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura ao Projeto de Lei nº 2.999/2022, de autoria do Deputado Jorge Vianna, que "Institui no Distrito Federal o Programa de Atenção à Saúde da Mulher no Climatério e na Menopausa".

Somos pela aprovação, no mérito, do Projeto de Lei nº 2.999/2022, bem como das duas emendas, a Emenda nº 1 e a Emenda nº 2.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, rapidamente, quero falar sobre esse projeto, até para quem está nos assistindo poder acompanhar.

A ideia é fazer uma política para as mulheres que estão nesse período de climatério, que, geralmente, fica entre as idades de 40, 45, ou até 50, 55, 60 anos. Muitas mulheres acham que a menopausa é o climatério. A menopausa, na verdade, é uma fase do climatério. Muitas mulheres sentem alguns sinais-sintomas, e esses sinais-sintomas de algum distúrbio podem ocasionar futuras doenças.

Muitas vezes, as mulheres acham que só chegam ao climatério na menopausa e, a partir dali, começam a fazer reposição hormonal e tudo. Só que não. Existe um grande risco de a mulher, antes de chegar à menopausa, ter alguns distúrbios fisiológicos que ocasionem problemas ósseos, problemas de visão, problemas circulatórios.

Então, a ideia é justamente fazer um programa para que essas mulheres saibam que estão entrando no climatério e que vão ter um atendimento específico para elas e não apenas na menopausa. Esse é o objetivo do projeto.

Acredito que todos estejam a favor. Isso vai ser muito bom para as mulheres aqui do Distrito Federal.

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Thiago Manzoni, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Solicito ao Relator, Deputado Thiago Manzoni, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 2.999/2022, de autoria do Deputado Jorge Vianna, que “Institui no Distrito Federal o Programa de Atenção à Saúde da Mulher no Climatério e na Menopausa”.

A Comissão de Constituição e Justiça admite a proposição, nos termos das duas emendas que lhe foram apresentadas.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 2.999/2022, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 212:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 793/2019, de autoria do Deputado João Cardoso, que “Institui a Política Distrital de Atenção à Saúde Reprodutiva da Mulher Soropositiva e Prevenção da Transmissão Vertical e dá outras providências”.

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CESC, a CDDHCEDP, a CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, Deputado Gabriel Magno, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é uma questão grave.

Nós estamos aqui votando uma série de projetos de benefício para as mulheres. Nós temos um grupo de mulheres trabalhadoras, honestas, batalhadoras, que são as trabalhadoras que fazem a higienização dos hospitais. Estou falando do pessoal que pega duro no rodo, que vai lá e faz a limpeza.

Tem uma empresa chamada Ipanema que ganhou uma licitação recentemente. Assumiu o contrato. Hoje, dia 7 de março de 2023, é o sexto dia útil do mês. Ela tinha que pagar às trabalhadoras até o quinto dia útil e não pagou. As trabalhadoras e os trabalhadores estão desesperados sem receberem.

Tem mais: ela pagou aos vigilantes dos hospitais, porque sabe que vigilante de hospital faz greve, mas não pagou aos vigilantes das UBS – Unidade Básica de Saúde e dos postos de saúde.

Eu acabei de ligar para a Governadora em exercício Celina Leão. Conversei com S.Exa. e sugeri a ela que determine à Secretaria de Saúde que entre com processo de rompimento do contrato com essa empresa. Tem que romper. Tem que ter a coragem de romper o contrato e chamar quem queira trabalhar, prestar o serviço em dia e pagar os trabalhadores.

São três empresas que ganharam a licitação: Global, Liderança e Ipanema. Global e Liderança pagaram, e a empresa Ipanema não pagou.

Tem um cidadão que é secretário adjunto e que está para perder os cabelos e ficar doido, porque toda hora a gente cobra dele. É o Miguel, uma pessoa séria, decente, que está fazendo um trabalho correto, mas não consegue enfrentar a picaretagem dessas empresas.

A Governadora em exercício Celina Leão disse-me que vai agora determinar à Secretária de Saúde que oriente o rompimento do contrato com essa Ipanema, para que ela respeite os trabalhadores e trabalhadoras prestadores de serviço.

DEPUTADO MAX MACIEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria pedir recomposição de *quorum*, porque, pelo que eu estou olhando aqui, nós não temos *quorum* para continuar as votações.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa. Depois de ouvirmos V.Exa., faremos recomposição de *quorum*.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Eu quero apenas me solidarizar com o Deputado Chico Vigilante. S.Exa. estava falando ali...

Eu fico pensando, Deputado, no trabalhador que trabalha trinta dias, exerce o seu papel fundamental, prestando seu serviço, entregando o seu serviço para a comunidade que ele atende, e, sem dúvida nenhuma, na perspectiva de receber aquilo que lhe é devido, o seu salário. Chega o dia e não recebe. Isso é uma canalhice.

Conheço muito bem o Subsecretário Miguel – Sargento Miguel –, uma pessoa de índole extraordinária, sargento do bombeiro, um cara extremamente preparado. Estive conversando com ele. Ele estava me relatando que o desejo dele hoje é sair da secretaria, porque está para não aguentar, não consegue dormir, está perdendo os cabelos mesmo, emagrecendo. Acaba que adocece. Isso tudo gerado pelo fruto dessas pessoas que fazem pressão em cima do gestor público, sendo que a canalhice está na empresa.

Parabéns a V.Exa. pela atitude. Eu espero que a nossa governadora, sensível como é, dê uma decisão. Que essa decisão seja dura, de rompimento mesmo. Que S.Exa. chame outra empresa para acolher esses trabalhadores e pagar em dia os seus salários.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Solicito que as Sras. e os Srs. Deputados registrem a presença nos terminais para recomposição do *quorum*.

(Procede-se à verificação do *quorum* por meio do painel eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Estão presentes 12 Deputados, não havendo, portanto, *quorum* regimental.

Declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h28min.)



Documento assinado eletronicamente por **TATIANA DE AMORIM PACHECO - Matr. 16872, Consultor(a) Técnico - Legislativo**, em 09/03/2023, às 10:01, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES Matr - 13516, Chefe do Setor de Taquigrafia**, em 10/03/2023, às 11:40, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **1075919** Código CRC: **E528C01C**.